



Município do Cartaxo | Assembleia Municipal

SESSÃO ORDINÁRIA

DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Ata n.º 01 | 26 de fevereiro de 2021

Aos vinte e seis dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e vinte e um, por videoconferência, realizou-se a sessão ordinária da Assembleia Municipal de Cartaxo.

COMPOSIÇÃO DA MESA: -----

Presidente, senhor Augusto Gonçalves Parreira (PS), **1.º Secretário**, senhor Marco Bruno Lavrador de Oliveira Rodrigues (PS) e **2.º Secretário**, senhora Filipa Maltieiro Duarte Rodrigues (PS). -----

PRESENCAS: -----

Assinaram a *Lista de Presenças*, para além dos mencionados, os seguintes membros da Assembleia Municipal: -----

José Manuel Morgado Antunes Barroso (PPD/PSD.NC) -----

Gentil de Sousa da Pena Duarte (PS) -----

José Augusto Santos de Jesus (PPD/PSD.NC) -----

Mário Júlio Roque dos Reis (CDU) -----

Carolina Nazaré Simões, *em substituição* (PS) -----

Sérgio Pedro Mendes Mesquita Lopes (PPD/PSD.NC) -----

Hugo de Almeida Narciso Gomes Vieira (PS) -----

Artur Jorge da Silva Caetano, *em substituição* (PS) -----

Catarina Maria Lagarto Marques (CDU) -----

Vera Isabel Cordeiro Maximiano Custódio (PS) -----

Francisco Manuel Miguel Colaço (BE) -----

João Pedro Diniz Flor de Oliveira (PPD/PSD.NC) -----

Catarina Simão Bento Pinheiro (PS) -----

Diogo Alexandre Pereira Martins (PS) -----

Nuno Manuel Miranda Marques Serra, *em substituição* (PPD/PSD.NC) -----

Maria De La Salette Da Conceição Marques Cêra (PS) -----

Artur Miguel Maltinha Venâncio, *em substituição* (CDU) -----

Délio da Silva Pereira (PS) -----

Célia da Conceição Rodrigues Morgado Pereira, *em substituição* (PS) -----

Jorge Manuel Pisca de Amorim Lúcio (MIP) -----

Maria Margarida Dos Santos Oliveira Abade (PS) -----

José Alberto Alves Belo (PS) -----

Vasco Manuel Marques de Sousa Casimiro (PS) -----

--- EXECUTIVO MUNICIPAL: -----

Estiveram presentes da parte do executivo municipal, o Presidente da Câmara Municipal, senhor Pedro Miguel Magalhães Ribeiro (PS), o Vice-Presidente da Câmara Municipal, senhor Fernando Manuel da Silva Amorim (PS) e os Vereadores, senhora Elvira Felicidade Ferreira Rodrigues Tristão (PS), senhor Pedro Filipe Miranda da Cruz Nobre (PS) e senhora Ana Isabel Coito Bernardino (PS). -----

SUBSTITUIÇÕES: -----



Município do Cartaxo | Assembleia Municipal

SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Nos termos legais, pediram substituição e foram substituídos os seguintes membros da Assembleia Municipal: senhor Paulo André Ramalho Caetano (PS) senhor Gonçalo Nuno Ferreira Gaspar (PPD/PSD.NC), senhora Ana Sofia dos Santos Vitoriano Amendoeira (PS) e senhor Délio Modesto Pereira (CDU). O senhor Presidente da Junta da Freguesia da União de Freguesias Ereira e Lapa, senhor João Herculano Fernandes Nunes, não pôde estar presente, tendo sido substituído. -----

FALTAS: -----
O membro da Assembleia Municipal, senhora Ana Sofia Penedos (PPD/PSD.NC) faltou à sessão. -----

ORDEM DO DIA: -----
Da presente sessão constava a seguinte *Ordem do Dia*, previamente elaborada e datada de dezanove de fevereiro do corrente ano: -----

1. Apreciação do relatório de atividade e da situação financeira do Município, ao abrigo da alínea c) do n.º 2 do artigo 25.º do anexo I, da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro. / *para apreciação*;
2. Declarações previstas no artigo 15.º da LCPA. / *para apreciação*;
3. Desafetação de bem do domínio público. / *para deliberação*;
4. Memorando de Investimento territorial integrado/Lezíria do Tejo, Médio Tejo e Oeste. / *para conhecimento*.

ABERTURA: Verificada a existência de quórum, o senhor Presidente da Assembleia Municipal declarou aberta a sessão quando eram dezoito horas e quarenta minutos. -----

--- Saudou os membros da Assembleia Municipal, dos funcionários que acompanhavam a sessão e do público, que os iria acompanhar e agradeceu a presença do senhor Presidente da Câmara Municipal e dos senhores Vereadores. -----

APROVAÇÃO DE ATAS. -----

O senhor Presidente da Assembleia Municipal submeteu a votação as atas presentes, após constatar não existirem interessados em intervir no período destinado à sua apreciação. -----

APROVAÇÃO DA ATA N.º 1 DA SESSÃO ORDINÁRIA REALIZADA A 20/02/2020. -----

➤ **A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a ata supra mencionada**, com dezanove (19) votos a favor, sendo onze (11) do PS, cinco (5) do PPD/PSD.NC, um (1) da CDU, um (1) do BE e um (1) do MIP. -----

APROVAÇÃO DA ATA N.º 3 DA SESSÃO ORDINÁRIA REALIZADA A 26/06/2020. -----

A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a ata supra mencionada, com vinte (20) votos a favor, sendo onze (11) do PS, cinco (5) do PPD/PSD.NC, dois (2) da CDU, um (1) do BE e um (1) do MIP. ---

O senhor Presidente da Assembleia Municipal prosseguiu a sessão fazendo referência que tinham sido recebidos vários pedidos de esclarecimento por parte do público, os mesmos foram disponibilizados a todos os elementos da Assembleia Municipal assim como, ao executivo. De seguida fez um resumo dos esclarecimentos solicitados para o período de *Intervenção do Público* [ao qual se fará referência na presente ata, de acordo com o estatuído na lei, terminada a menção aos assuntos incluídos na ordem do dia]. -----



Município do Cartaxo | Assembleia Municipal

SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL

O senhor Presidente da Assembleia Municipal chamou a tenção para o número de questões colocadas pelo público, disse que tinham de ser tolerantes nas intervenções. Sugeriu que entrassem no período de *antes da ordem do dia* mas, continuavam com aquele assunto pois, alguns membros queriam intervir e solicitar mais esclarecimentos, discutindo o assunto, que era importante e tinha de ser esclarecido. -----

ANTES DA ORDEM DO DIA

O senhor Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra ao membro da Assembleia Municipal, senhor Hugo Vieira (PS), que consubstanciou a sua intervenção na leitura do documento, que para melhor compreensão se anexa à presente ata (Anexo n.º 1), dela fazendo parte integrante. -----

O senhor Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra ao membro da Assembleia Municipal, senhor Francisco Colaço (BE), que apresentou os seus cumprimentos. Disse perentoriamente, que estava muito sensibilizado para os problemas, que muitas famílias no Cartaxo, estavam a viver com aquela situação da Tagusgás. Estava solidário, estava, juntamente, com o grupo parlamentar do seu partido, a tentar obter a máxima informação possível no meio daquela embrulhada legislativa, no sentido de fazer parte da solução do problema. A sua consultadoria jurídica, do grupo parlamentar, mandou-lhe uma série de documentação, a ANMP tinha tomado posição há muito tempo, contra aquela cobrança. Referiu que já tinha existido vária legislação aprovada, em que o resultado era que não fosse possível a empresa fazer refletir no consumidor o valor a pagar pelas taxas, que eram receita do município. Já no orçamento de estado para 2017 tinha ficado determinado, que a taxa municipal de direitos de passagem e a taxa municipal de ocupação do subsolo são pagas pelas empresas operadoras de infraestruturas, não podendo ser refletidas nas faturas dos consumidores. O espírito do legislador era que não fosse o consumidor a pagar às empresas, as taxas devidas aos municípios. No orçamento de estado para 2021, o artigo 133.º dispõe que: a taxa municipal de ocupação do subsolo e a taxa municipal de direitos de passagem são pagas pelas empresas operadoras de infraestruturas, não podendo ser cobradas aos consumidores. No ponto dois referia que o presente artigo tem carácter imperativo sobrepondo-se a qualquer legislação, resolução ou regulamento que o contrarie. No ponto três, o governo procede às alterações legislativas necessárias à concretização do número 1. Deixou informação que o BE iria fazer uma queixa à Inspeção-Geral de Finanças contra a empresa e a sua atuação e, uma participação à Provedora de Justiça pela atuação da empresa naquele caso. A empresa, do seu ponto de vista, não agiu de boa-fé. -----

--- Referiu que o município pode ter desvalorizado algumas situações de impacto. Disse que a célebre frase "*deixem os mercados funcionar*", competia à empresa Tagusgás rentabilizar a sua exploração e a sua gestão, do ponto de vista de ter muitos clientes, para que o seu exercício financeiro possa refletir com menos impacto, a taxa que tinha de pagar ao município. Acrescentou que a empresa beneficiou de isenção alguns anos, não era o município do Cartaxo, nem a assembleia municipal do Cartaxo que riria interferir na política comercial da empresa ou na sua incapacidade de alargar o seu mercado e de estender a comercialização do produto que comercializa, de modo que as suas mais-valias reduzam na sua própria gestão, o imposto que tinham de pagar ao município do Cartaxo. Não queria discutir se a taxa era elevada, o que entendia e o que iria ser decidido a muito curto prazo, era que a taxa jamais poderia ser refletida no



SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL

consumidor. O espírito da lei era esse há vários anos e ao longo de vários exercícios orçamentais. -----

--- Concluiu dizendo que não acreditava que o Ministro do Ambiente e o Governo de Portugal tenham dado uma moratória de 6 meses, para que aquelas situações fossem, rapidamente, resolvidas pelas empresas, cobrando tudo o que tinham a cobrar, porque passados 6 meses a taxa deixaria de incidir sobre o consumidor, feitas as alterações legislativas necessárias. Como também, não queria acreditar que a empresa prevendo que a legislação ia ser aplicada, rapidamente, foi cobrar ao consumidor final, todos os valores que entender dever cobrar. Perguntou o que tinha feito o município, quando a empresa esteve 5 anos sem pagar um cêntimo. Considerou um assédio, uma chantagem para com o município do Cartaxo virem depois avisar da repercussão para os consumidores quando durante 5 anos não pagaram a dívida, o que também revelou alguma ingenuidade política da parte do executivo. A empresa nunca se preocupou com o consumidor final e os alertas que fez foi para obter um perdão da dívida, ou uma redução, a prova foi a forma como atuou, de má-fé. Saliou que não tinha de ser do partido que governava o município, para defender o seu interesse e o interesse do consumidor final, era o interesse público que estava em causa. -----

--- Frisou que a sua posição era de poder fazer parte da solução, estava solidário com todos os consumidores do Cartaxo, considerava aquilo uma vergonha e se a empresa tinha a mínima noção comercial e pretendia aumentar o seu mercado estava errada, estava a ser incompetente. Acrescentou ainda que quando era o interesse público que estava em causa, deviam despir as camisolas partidárias e deixar os jogos partidários, uma empresa que atua de má-fé não pode ter a compreensão de nenhum deputado municipal. -----

O senhor Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra **ao membro da Assembleia Municipal, senhor João Oliveira (PPD/PSD.NC)**, que consubstanciou a sua intervenção na leitura do documento, que para melhor compreensão se anexa à presente ata ([Anexo n.º 2](#)), dela fazendo parte integrante. -----

O senhor Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra **ao senhor Presidente da Câmara Municipal**, procurando dar respostas em conjunto esclareceu sobre a cobrança coerciva, nunca foi um caminho ponderado na fase em que não conseguiam efetivar a cobrança pois, tinham alguns exemplos pelo país, que se arrastavam há anos e processos em tribunal, tendo procurado sempre um acordo. O município não tinha comunicado à entidade reguladora a dívida, mas, estava retratada numa das auditorias da ERSE. Referiu que hoje era uma das medidas que tomariam, mesmo sabendo que o raio de ação da ERSE, para estas situações, era muito pequeno. O que tinha mudado no processo foi o facto da empresa ter mudado de mãos em abril de 2019. Assumiu que os erros dos serviços são os erros do presidente da câmara e que nunca o iriam ver a refugiar-se nos erros dos serviços. Houve um problema de um mail, que levou 9 dias a reencaminhar, mas não ia apontar dedos aos serviços. Disse acreditar que só os humildes aprendiam com os erros. -----

--- Informou que estavam em processo de consulta para contratar uma consultora com experiência nesta área. A questão dos juros de mora ainda estava a ser ponderada. Mencionou um ofício à Tagusgás onde colocavam um conjunto de questões e que tinha sido disponibilizado a todos. -----

-- Sobre a questão da comunicação partilhou que era entendimento que seria comunicação das entidades comercializadoras. Havia 2110 contratos distribuídos por várias comercializadoras e, partiram desse princípio. Referiu que acompanhava o que tinha sido dito pelo senhor Hugo Vieira em relação às falácias



SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL

da Tagusgás mas, considerou que a maior falácia foi dizerem que tinham isenção até 2020. -----

--- Transmitiu que a câmara disponibilizou apoio, que estava a ser dirigido para a área de ação social. Referiu que eram 4 os pedidos de apoio, que estavam em avaliação e não tinham sentido necessidade de reforçar os instrumentos, que já existiam. Repetiu que a câmara municipal, naquela matéria como em todas as outras, sempre que necessário vão existindo alterações orçamentais. -----

--- Informou que, quando fizeram a exposição à entidade reguladora colocaram todas as questões, sobre as quais tinham reservas e, anteciparam algumas que iriam ser colocadas, como as questões do senhor Francisco Colaço, em relação a uma fiel interpretação da lei do Orçamento de Estado, principalmente, o número 2, que causou muitas reservas até se a cobrança estaria suspensa até à regulamentação; na dúvida colocaram a questão à ERSE, para além de outras questões técnicas. Revelou que não estavam totalmente satisfeitos com a resposta e havia matérias que queriam ver esclarecidas, porque não estavam convictos com a resposta que receberam. -----

--- Relativamente às manifestações do senhor João Oliveira, clarificou o que o comunicado não tinha sido e se houve alguém a sacudir água do capote, quando começaram a fazer o historial que pensava que não tinha sido ele. Referiu que estavam focados na solução, mas também sentiram necessidade de dar explicações de como tinham ali chegado, como foi o processo decisório. Relembrou que nenhuma força política se manifestou contra o fim da isenção, todos eram a favor da cobrança, o que tinha sido reiterado pelo Vereador Jorge Gaspar numa intervenção, que considerou de grande seriedade política, na reunião de câmara de 1 de fevereiro. Repetiu que ninguém tinha votado contra a inserção do valor no programa de ajustamento municipal. -----

--- Esclareceu que o grande acréscimo da TOS era de 1,65 euros, passou para 5 euros em 2010, foi aprovado por todas as forças políticas, numa altura em que nem ele próprio, nem o senhor João Oliveira estavam em funções, mas os partidos tinham tomado a sua posição. A taxa de 2010 até à presente data tinha aumentado 0,75 euros. -----

--- Desafiou o PSD a indicar nas discussões do orçamento, quando tinha focado que contestava a taxa TOS, para que o comunicado que tinham feito a sacudir a água do capote não seja isso. Acrescentou que ao votarem contra nunca tinham contestado a taxa, ou pelos menos não estava mencionado nas atas. Referiu que se o fizessem, retirava o que tinha dito, pois isso era ser humilde. Mencionou que era importante não fazer daquilo um jogo político, para que todos pudessem estar unidos para encontrar a melhor solução. -----

--- Reiterou que desde o início tinha dito que a empresa tinha alertado para a repercussão da taxa nos consumidores finais e, que tinham feito as contas, assumiu o erro das contas, que só teve a ver com o facto de não conseguirem prever, pelo que tinha demonstrado, que a empresa iria fazer repercutir cinco anos, num ano apenas; tinham tido uma perceção errada e já o tinham assumido. -----

--- Sobre as receitas de estacionamento disse que estava errado e, que talvez fosse um erro de perceção, porque tinham trabalhado para cobrar o estacionamento, mas por várias vicissitudes não tiveram ainda condições. Assegurou que não era por ser ano de eleições, que assim que estivessem reunidas as condições técnicas, para operacionalizar o parque, iria funcionar cobrado, porque tinham a convicção que era assim que ajudavam o comércio e serviços. -----

--- Recuperou o comunicado do PSD, para dizer que era referido nele que, desde 2017 votaram contra o



SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL

regulamento por o considerarem desatualizado. Em 2016 não tinham votado contra a proposta de orçamento, por isso, colocavam 2017, que foi quando começaram a votar contra qualquer orçamento, mas segundo o critério em 2016 o valor já era desajustado e não tinham votado contra, porque era obvio, que era uma falácia o que tinham dito aos concidadãos e deveriam assumi-lo. Para assumir os erros era preciso ser humilde e, podia assegurar que não conhecia nenhum ser humano infalível, mas eram humildes para reconhecer os erros. Gostava muito duma frase “*Seja humilde para admitir os erros, inteligente para aprender com eles e maduro para corrigi-los*” e procurava adotá-la na sua vida. -----
--- Relativamente à questão do FAM disse que teve o cuidado de transmitir, que tudo tinha sido acompanhado pelo fundo de apoio municipal e, que no mês de abril poderiam rever o contrato empréstimo, para uma taxa que poderia passar para metade assim, os 940 mil euros de juros que pagavam por ano passariam para cerca de metade, que aguentavam a isenção da derrama e a descida da taxa, sendo que tudo estava negociado com a direção do FAM. O senhor João Oliveira tinha dito que a incompetência tinha um preço, afirmou que a humildade não tinha preço, ou se tinha ou não. -----

PROLONGAMENTO DO PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA -----

O senhor Presidente da Assembleia Municipal informou que a Mesa dispunha de um pedido de prorrogação do período *de Antes da Ordem do Dia*, apresentado pelo membro da Assembleia Municipal, **senhor José Barroso (PPD/PSD.NC)**, que submeteu a votação. -----

➤ **A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar o prolongamento por mais trinta minutos do período de *Antes da Ordem do Dia*.** -----

O senhor Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra **ao membro da Assembleia Municipal, senhor Pedro Mesquita Lopes (PPD/PSD.NC)**, que apresentou os seus cumprimentos. Revelou que tinha ainda algumas questões jurídicas para colocar pois as questões políticas o senhor João Oliveira já tinha manifestado a posição, com a qual concordava. Registou que as questões colocadas pelos munícipes não tinham sido esclarecidas e que as suas dúvidas resultavam de algumas dessas questões. -----

--- A TOS é uma taxa que se enquadra no enquadramento jurídico existente e tinha de respeitar as normas da constituição e as normas legais, que regiam as taxas e licenças, o regime geral das taxas das autarquias locais. Questionou sobre a caducidade da liquidação, uma vez que as taxas, como os impostos caducam ao fim de 4 anos, se não foram liquidadas. A incidência, o sujeito ativo da relação jurídico-tributária é a câmara, o sujeito passivo é a pessoa singular, que vai pagar a taxa. A taxa era cobrada pela Tagusgás, mas quem tinha obrigação de pagar a taxa é o particular, portanto o particular devia ser notificado dentro dos 4 anos, sob pena de caducidade, para fazer o pagamento da taxa. Neste contexto havia pelo menos um ano, que já tinha caducado e essa era uma das questões que deveriam ter levantado. Concordou que a taxa tendo sido recebida, não poderia ser devolvida. A Tagusgás foi notificada dentro dos 4 anos, pelo que em relação á empresa não havia caducidade. Em relação aos consumidores considerou, que uma parte estava caducada. -----

--- Levantou a questão dos consumidores, que não o eram nem há 1 ano, nem há 2 anos, nem há 3 anos e vão pagar uma taxa dum período em que não eram consumidores, uma das munícipes colocava, exatamente, essa questão. Partilhou que era completamente ilegal e aberrante e não se enquadrava no



SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL

espírito dum estado de direito. Afirmou que a lei do regime geral das taxas das autarquias respondia que a cobrança não podia ser feita e, a própria ERSE também o dizia. Relativamente ao valor das taxas disse que, devia ser fixado de acordo com o serviço prestado, ou no caso na utilização de bens do domínio público e, com o benefício auferido pelo particular. Se o particular só tinha o benefício há dois ou três meses, não podia pagar uma taxa de há três ou quatro anos, aquela questão resultava do artigo quarto do regime geral e, que lhe parecia claríssima. Considerou que mal andava a Tagusgás e mal andava a câmara se não levantasse aquelas questões. -----

--- A ERSE não acrescentava grande coisa, dizia que podiam ser repercutidos os cinco anos e que, na sua opinião, quando muito os últimos quatro anos, mas esta repercussão aos consumidores devia ser feita em cada momento, em cada ano, em cada mês, relativamente, a um valor concreto que existia e tinha de ser identificado. Referiu um comunicado da ERSE de 2010 que dizia *“a primeira fatura a apresentar aos consumidores, que inclua a taxa de ocupação do subsolo deve integrar, ou ser acompanhada de informação rigorosa sobre esta taxa, designadamente, a justificação legal para a sua exigência, o valor devido, o ano a que respeita e o município a que se destina.”* A Tagusgás tinha de fazer uma fatura detalhada, relativamente, ao ano que estavam a cobrar e tinha de ir aos contratos de cada um dos consumidores repercutir nesse consumidor, o tempo que ele lá estava. Julgou completamente ilegal, inconstitucional, completamente contrário a um estado que se quer de direito, fazer repercutir os cinco anos a todos os consumidores. -----

--- Disse que não tinha gás natural, mas se tivesse ficaria muito assustado com o que ali tinha sido dito, porque quanto menos consumidores existissem maior vai ser o valor a pagar. Portanto se tinham 2110 contratos de gás para pagar 1 milhão e 200 mil euros, dava um valor de cerca de 500 euros por cada um dos consumidores. Existia também a questão dos consumidores, quando contrataram foi sem nenhuma taxa, não houve comunicação do município, não houve comunicação do comercializador, portanto as condições do contrato não se verificaram, pelo que tinha tudo para correr mal e para correr pior ainda. Acrescentou que não percebia como a câmara tinha errado nas contas, se sabia o valor pago pela Tagusgás e o universo de consumidores, era fácil. -----

--- Observou que o senhor Presidente lia as atas e, que as lia com atenção, mas se calhar podia perder menos tempo a ler atas e a fazer outras coisas mas, cada um fazia com o seu tempo o que bem entendia. Lembrou que tinha perguntado sobre a sociedade Pacheco Amorim, que estava no base gov e, que lhe tinha sido respondido que tinha a ver com concursos de pessoal portanto, tinha a ver com direito de trabalho e, que agora esses consultores tinha dito agora que estavam a auxiliar naquela questão e, que tinham experiência na área. -----

--- Por último, referiu que o senhor Presidente se tinha congratulado e, que era um sinal de cidadania ativa dos munícipes o contato com a assembleia e com a câmara. Disse que esperava que, as pessoas percebessem que têm de se fazer ouvir, reclamar e puxar pela câmara, porque a câmara, infelizmente, não puxava pelos seus direitos, nem pelos seus interesses. Partilhou a situação na reportagem da SIC, em que uma munícipe escondeu a cara e, não se quis identificar e que era completamente, contrária aquele sinal de vitalidade e cidadania ativa. Considerou que se tivesse responsabilidades executivas e políticas teria ficado muito preocupado, com aquela situação pois, tinha ficado envergonhado. Na sua opinião, a pessoa teve medo de identificar, porque ia falar contra a câmara, contra a Tagusgás, contra os poderes instalados.



SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Partilhou que lhe tinha custado ver, parecia que não estavam num estado de direito, mas num estado totalitário, em que as pessoas tinham medo de falar, tinham medo de aparecer. Disse que viviam em democracia e, que tinha certeza que o senhor Presidente respeitava todos mas era pena que a pessoa sentisse isso. -----

O senhor Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra **ao membro da Assembleia Municipal, senhor José Augusto Jesus (PPD/PSD.NC)**, que começou por cumprimentou os presentes. Disse que a sua intervenção ia ser de carácter mais político. Mencionou que havia um exercício de cidadania ativa muito interessante que o senhor Presidente de câmara valorizou, mas considerou que aquele era um exercício de cidadania ativa muito caro e, não era aquele tipo de cidadania ativa que, particularmente, achava a mais saudável. Preferia que os concidadãos se dirigissem à câmara para partilhar os seus anseios e contributos e não para reagir daquela forma a um erro assumido pelo senhor Presidente. Não era ingenuidade política, era, na sua opinião, incompetência política. -----

--- Respondeu ao senhor Presidente da câmara que por muito que dissesse e vendesse que a responsabilidade política naquela questão era partilhada, ela não o era. De forma muito objetiva e séria disse que a responsabilidade política de quem fiscaliza, de quem não tem pelouros, de quem acompanha amiúde as políticas públicas e as políticas autárquicas e a decisão política não pertencia à oposição. Quem decidia os destinos do município era o executivo que estava em funções, que tinha pelouros e, que deveria ser responsabilizado e, retirar consequências das suas condutas. A responsabilidade política não era a mesma, não havia similitude possível. Desde logo porque a informação a que os partidos tinham acesso, não era a mesma que o executivo tinha. -----

--- Referiu que aguardava por parte do partido Socialista, que tinha ali tipificado como conduta criminosa da Tagusgás, a respetiva queixa-crime junto do Ministério Público. Concordava que a atitude da Tagusgás não foi correta, mas tinha enquadramento legal e, não tinha percebido ainda nenhuma ilegalidade no processo. Não havendo ilegalidade, havia falta de competência. Referiu que compreendia não terem contratado uma consultora, para poupar algum dinheiro que não tinham para despender. O relatório da ERSE de 2021 diz *“o manual de procedimentos para a repercussão das taxas de ocupação do subsolo prevê a possibilidade da repercussão faseada, ao longo de vários dos montantes da TOS, de modo a minimizar os possíveis impactos nos consumidores do município. Este repasse faseado pode refletir a metodologia pré-estabelecida no referido manual, ou num acordo celebrado entre município e operadora”* que ia no mesmo sentido do estudo da ERSE de 2018 do qual fez a leitura de parte. Disse que o senhor Presidente, o executivo e o município tinham aquela informação já de há vários anos, ao dispor, para de forma competente e, sem necessidade de consultores. Informação que permitiria encetar negociações com a operadora de forma a seguir as instruções, do Manuel de procedimentos, que dizia que vários anos acumulados de TOS em dívida devem ser objeto de acordo e, devem se pagos cada ano em dívida, em pelo menos 4 anos. Refletiu que havia possibilidade, sem recurso a grandes consultoras, de poder antecipar algumas situações e, não chegar ao problema que hoje tinham e, que particularmente o afetava, dado que era consumidor de gás natural. Lamentou que tivesse chegado aquela situação pois, o gás natural deveria ser uma medida energética a ser incrementada. -----

--- Por fim, disse humildemente que não tinha a solução para o problema mas, preocupava-o o facto de mais uma vez no Cartaxo haver um extraordinário benefício para o executivo e para a sua gestão, à



SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL

semelhança do que se tinha passado com a Cartágua, contabilizado em cerca de 1 milhão e meio de euros e a solução que se encontra para que seja mitigados os efeitos desta da resolução aos consumidores, era a isenção do pagamento da TOS para o operador durante os próximos 10 anos, para além da derrama, se bem tinha percebido. Compreendia a solução, contudo não concordava com ela, porque mais uma vez, estavam a privar o município nos anos futuros duma receita. Acrescentou que o custo associado à falta de cuidado e falta de acordo e daquelas diligências, que deveriam ter sido tomadas para não chegarem aquela situação, não lhe parecia correto do ponto de vista intergeracional, sujeitar o próximo executivo e o seguinte a herdar uma situação, em que estavam privados duma receita, por um erro e foi assim que se resolveu. Disponibilizou-se e ao PSD para encontrar uma solução que, não privasse o município daquela receita, que tinha de ser mais baixa, certamente, porque era alta e se não era a mais alta do país, que considerou ser uma falácia, porque o valor da TOS não era a única premissa naquela equação. -----

--- Terminou observando que a afirmação, que o senhor Presidente fez que a redução de juros do FAM aguentava com a isenção da TOS e da derrama, lhe parecia errada e contestou-a porque o valor que iriam deixar de receber, era mais um valor de que poderiam dispor no concelho, que precisava urgentemente de ter investimento, estavam a adiar investimento há muitos anos, andavam a adiar a recuperação da rede viária, tinham o espaço públicos no estado em que estavam, não tinham um pavilhão para desportos cobertos. Saliu que faltava investimento e, aqueles valores iriam certamente prejudicar o investimento, adiando uma vez mais a recuperação. Exortou a que a solução encontrada fosse uma renegociação com a operadora, com a anuência da entidade reguladora, mas que não privasse o município das receitas, de que tinha necessidade para investimento. -----

O membro da Assembleia Municipal, senhor Hugo Vieira (PS), tomou a palavra para defesa da honra dado que tinha sido interpelado e disse que não era jurista mas, que na sua opinião a empresa tinha emitido um conjunto de falácias e uma tentativa esfarrapada de desculpar a gestão danosa para o consumidor e, também o facto da aplicação da taxa pelos municípios juntando 5 anos num único ano, foi um ato de gestão danosa de responsabilidade exclusiva da Tagusgás. -----

O senhor Presidente da Assembleia Municipal informou que os trabalhos iriam ser interrompidos para um pequeno intervalo, findo o qual verificando a existência de quórum, deu de imediato a palavra **ao senhor Presidente da Câmara Municipal**. -----

O senhor Presidente da Câmara Municipal, no uso da palavra, informou que as questões jurídicas, que o senhor Pedro mesquita Lopes ali tinha trazido e, que deveriam ter colocado à ERSE, foram colocadas. Essa informação constava da documentação distribuída, no ofício enviado pela câmara municipal no dia 5 de fevereiro à entidade reguladora e, a resposta também constava da documentação distribuída. -----

--- Sobre a segunda questão colocada tinham também, colocado a questão à Tagusgás no dia 9 de fevereiro “*perceber se aos consumidores que celebraram contratos em 18, 19 ou 20 também foi aplicado o valor da TOS correspondente aos últimos cinco anos*” aquela era uma das respostas que ainda não tinham recebido. Repetiu que quando tinha dito que tinham dúvidas em relação a algumas respostas da ERSE, tinha a ver com algumas daquelas interpretações, que precisavam de melhor fundamentação, para as melhor compreender. -----

--- A questão do apuramento, que não dependia apenas da taxa que definiam em tabela, era por isso que



SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL

iriam participar ativamente no grupo de trabalho criado pelo Governo, para rever aquela legislação. Frisou que os cálculos não eram tão fáceis de fazer, porque não tinham acesso a todos os dados, para poderem ter noção ao nível da repercussão, até pela questão Fleximol. -----

--- Disse que tinha razão na questão de as atas serem importantes, para perceberem o histórico das posições políticas, de cada força representada nos órgãos. Referiu que a questão da Pacheco Amorim estava correta, tinham tido o entendimento de já estando a empresa a dar consultadoria no município, não iniciar um novo procedimento e, estender para uma matéria, que tinha a ver com as áreas da contratação, pareceu-lhes mais célere perante os momentos, que estavam a viver. -----

--- Relativamente às questões da cidadania e, ao contrário do quiseram fazer passar e incendiar nas redes sociais, era completamente a favor da liberdade de expressão, lida bem com o insulto e com as campanhas de difamação, que eram crimes mas, não ia colocar ninguém em tribunal porque era totalmente, a favor da liberdade de expressão. Também lamentou que alguém tivesse aparecido de cara tapada mas, pensava que a democracia estava viva e estava saudável, as pessoas quando votam, o voto é secreto e, respeitava os que não se queriam identificar. -----

--- Em relação às questões políticas levantadas pelo senhor José Augusto Jesus, que tinha falado na incompetência política disse que a competência ou incompetência era julgada pelos que serviam. Reiterou que em democracia eram os concidadãos por sufrágio universal, por voto secreto, que julgavam a competência de quem os representava. Referiu que não estava acima de ninguém e, quando iam para eleições iam com os erros, porventura com algumas virtudes na base das equipas e, do projeto político, que cada um defende. Sabia que não tinha partilhado incompetência com ninguém e, julgou que talvez não tivesse sido competente ao ouvi-lo, porque tinha dito que assumia a responsabilidade por inteiro, não a dividiu nem com a sua equipa, nem com os eleitos do partido socialista, nem sequer com os serviços da câmara. Disse várias vezes, que assumia a responsabilidade por inteiro, não podia era conviver sem esclarecer as pessoas, nomeadamente, uma munícipe, quando perguntou pelo histórico da decisão sobre a TOS e, isso não podia omitir e tinha de responder mas, não era partilhar responsabilidades. Acrescentou que falaram os dois, senhor Pedro Mesquita Lopes e José Augusto Jesus, no entanto não tinham demonstrado onde tinham contestado a TOS. O grande acréscimo da TOS era de 1,65 euros, passou para 5 euros em 2010, foi aprovado por unanimidade. A taxa de 2010 até à presente data tinha aumentado 0,75 euros. Até 2016 estava tudo bem e aprovaram o aumento de 303 por cento e, era a partir de 2017, que evoluiu 10 cêntimos estava mal. Disse que não se deia enganar os concidadãos, porque aquilo sim era sacudir a água do capote, não assumindo que foram corresponsáveis pelo facto da taxa ser alta. -----

--- A questão do manual repetiu o que já havia dito da perceção errada, que se um ano repercutia num, cinco anos repercutiam em cinco, uma das propostas que tinham feito na ANMP, ao grupo de trabalho, era que aquela situação não fosse permitida, o número de anos em liquidação devia ser repercutido no número de anos proporcional. Voltou a citar as demonstrações financeiras de 2019 da empresa, onde assumia que a repercussão era acima de um ano e, onde o erro de perceção estava lá plasmado, não foi um erro leviano, em que não tivesse estudado. -----

--- Disse ter muita dificuldade em perceber a coerência da última parte da intervenção. A cobrança de 1 milhão e meio beneficiou o executivo, a arrecadação de uma receita em eu todos estiveram de acordo. Pensava que o PSD era o mesmo que tinha deliberado em câmara, por unanimidade, e todos os que



SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL

estavam em assembleia na altura, que não se opuseram aquela matéria. Afirmou que não foi a bem do executivo, foi a bem do município, um compromisso assumido por todos, para reequilibrar as contas do município. -----

--- Lembrou que aquela era uma proposta aberta a contributos, se o PSD tinha uma melhor proposta excelente. No entanto não percebia como se fazia aquele exercício: se o município não der nada, os consumidores irão ter, exatamente, a mesma repercussão, que tinham atualmente. Sublinhou que a câmara não estava a dar à empresa, a câmara, para que seja menos repercutido nos consumidores, não podendo devolver, tinham de assumir para a frente. Disse que gostaria de perceber qual a posição clara do PSD. Transmitiu que os 10 anos de TOS era para não colocar em cima do acerto a atualização, caso contrário iriam parar, outra vez, a valores mais altos. O valor da derrama seria para atenuar. A solução do PSD, em que a câmara não pagava nada, queria dizer que os consumidores iam pagar os mesmos valores, que hoje estava a ser debitados. -----

--- O PSD não tinha proposto o pavilhão desportivo no orçamento, porque era um partido responsável, que quando propunha tinha de dizer onde ia buscar o dinheiro. Não tinham começado no ano anterior a executar o plano de recuperação da rede viária, porque tiveram despesas covid, 500/600 mil euros, que tiveram de assumir, o que era do conhecimento de todos. -----

O membro da Assembleia Municipal, senhor Pedro Mesquita Lopes (PPD/PSD.NC), tomou a palavra e disse que a resposta da ERSE sobre a prescrição e caducidade, tinha a ver com a lei dos serviços públicos essenciais, a questão dos 6 meses. A questão que tinha levantado era da taxa, em que a lei era aplicada era outra, a lei geral das taxas e, daí a questão da liquidação ter de ser feita nos quatro anos. -----

O senhor Presidente da Câmara Municipal, no uso da palavra, esclareceu que a argumentação primeira, que apresentaram à ERSE, tinha incidido sobre vários aspetos e, como não se sentiam bem esclarecidos, iriam voltar a questionar. Saliu que tinham fechado o acordo, porque a proposta de acordo era fundamental, para atingir o objetivo da câmara, que era travar, suspender a cobrança da TOS, até ter o acordo deliberado nos órgãos autárquicos. -----

O senhor Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra **ao membro da Assembleia Municipal, senhora Saleté Marques (PS)** que saudou os presentes e começou por dizer que tinha ouvido falar de incompetência política, o senhor José Augusto, votou a favor dos orçamentos, dos documentos onde estavam previstos os valores da TOS, invocando muitas razões mas, era precisamente para clarificar razões que existem as declarações de voto. Por outro lado, disse que os elementos do PSD não tomavam contacto com aquela realidade, se não quatro ou cinco vezes por ano, mas o PSD tinha vereadores na câmara municipal, que tomavam contato semanal com todos aqueles problemas e com toda a documentação. -----

--- Referiu-se ainda ao comentário do senhor Pedro Mesquita, que considerou deselegante, dizendo que se o senhor presidente câmara gastava demasiado tempo a ler as datas e, sobre o qual disse que se o PSD gastasse um bocadinho mais de tempo a ler atas e menos tempo a fazer comunicados talvez, pudesse estar melhor preparar para estas sessões, perceber melhor e ter posições mais caras. Observou que tinha falado também da situação da munícipe que falou escondendo a sua identidade e levantou ali uma possibilidade de senhora ter medo de falar, o que é que o senhor estaria a insinuar pois, estavam num regime democrático, onde a opinião é livre, há liberdade de expressão, há direito à opinião portanto, não



SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL

percebia que espécie de insinuação terá sido aquela. -----

--- Esclareceu, o senhor João Oliveira, que serve-se a causa pública tanto no poder, como na oposição, uma oposição bastante trabalhadora e bastante competente, mais competente que o executivo teria seguramente, encontrado aqueles pormenores todos que escaparam ao executivo da câmara municipal, que também escaparam ao PSD, também escaparam a todas as outras forças políticas, porque a documentação estava disponível, os assuntos estavam disponíveis, os valores estavam disponíveis. O PSD votou a atualização dos valores, sabia da existência desta taxa, sabia que se repercutia aos clientes e tem acesso as contas da câmara municipal, se não encontrou nenhum problema nisto, não valia a pena estar agora a acusar o executivo de incompetência. Lembrou que quanto mais forte por uma oposição, mais forte é um executivo e melhor é o serviço prestado à população, por todos os eleitos. -----

--- Relativamente à questão em apreço, a prioridade do município tem sido resolver o problema aos clientes. Salientou que tinha existido um erro de perceção, que resulta de um compromisso assumido pela Tagusgás, que cobraria o valor sempre num horizonte temporal superior a um ano, portanto não se esperava que viesse uma fatura de cinco anos condensada num ano. A atuação da empresa era no mínimo duvidosa, nada escrupulosa e não era admissível num tempo, em que os portugueses estavam a viver uma situação de crise grave. Considerou que tinha criado a confusão junto dos clientes, dando nota que a responsabilidade por esta situação era da câmara municipal, juntou os eleitos da assembleia municipal ao barulho, uma atitude incompreensível numa empresa coo a Galp gás, ainda que camuflada pela Tagusgás. A verdade era que, com aquela atitude e com aquele procedimento a Tagusgás sabia que estava a provocar um tremendo dano político e, sabia que obrigaria a câmara municipal a negociar. Julgou que aquela era uma atitude de manifesta má-fé, por essa razão, não compreendia com as intervenções dos deputados do PSD balanceiam entre a defesa da atitude da Tagusgás, a defesa dos interesses da Tagusgás e, aquilo que os devia nortear, a defesa dos interesses dos munícipes. -----

--- Questionou o senhor Presidente, tendo como prioridade resolver o problema aos consumidores, como iria agir no momento seguinte em relação à Tagusgás. Agradeceu as explicações dados, que esclareceram as circunstâncias e agradeceu a intervenção pedagógica do senhor Hugo Vieira. -----

O membro da Assembleia Municipal, senhor Pedro Mesquita Lopes (PPD/PSD.NC), tomou a palavra para esclarecer que não tinha insinuado nada, constatou um facto e sentiu vergonha, como cartaxense, por senhora não ter mostrado a cara. -----

O senhor Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra **ao membro da Assembleia Municipal, senhor Nuno Serra (PPD/PSD.NC)** que cumprimentou os presentes. Sobre a TOS disse que, tirando o executivo, era lhes desconhecido as simulações que desde 2016 a Tagus vinha a dar a conhecer. Referiu que foram seis as vezes que a Tagus notificou o município: em março de 2016, em dezembro de 2016, em outubro de 2019, em julho de 2020 em dezembro de 2020; a Tagusgás avisou sempre qual seria o resultado da aplicação da taxa. -----

--- Revelou que o problema direto não era o valor da taxa, que a assembleia tinha aprovado, o problema está na repercussão dos valores que a câmara tinha liquidado à Tagusgás. Dos 43 documentos que tinham recebido e que eram até agora desconhecidos pelo menos da sua parte, não sabia se o PS quando aprovava o orçamento e quando discutia as taxas tinha conhecimento mas, presumia que não pois não teria aprovado com a mesma facilidade. Da documentação recebida dava para perceber que em 2006 e



SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL

2007, o município do Cartaxo, já com o Dr. Pedro Ribeiro no executivo, deixou prescrever 15 mil e 900 euros à Tagusgás referente a TOS de 2006 e 2007. Depois em setembro de 2007, o município celebrou um contrato com a Tagusgás, onde isentava do pagamento da TOS, em contrapartida da utilização dos cabodutos, condutas subterrâneas da Tagusgás, para passar cabos de comunicações de dados sem fins comerciais. O benefício que a Tagusgás teve entre 2007 e 2014, aquando da revogação da isenção, por causa da falência da câmara. Referiu que, nesse período de isenção, a câmara estaria ou estará a utilizar as condutas subterrâneas da Tagusgás, para passar cabos de comunicações electrónicas. Perguntou se aquela utilização, efetivamente, foi feita, se atualmente o município continua a usar e, se continuando a utilização, tendo sido revogado o acordo unilateralmente, a Tagusgás não poderia apresentar uma fatura pela utilização do cabodutos. -----

--- Em relação aos mesmos documentos, disse que até os receberem tinham a perceção pelo que lhes era dado a conhecer de que a Tagusgás, tinha acumulado uma dívida de cinco anos, mas afinal a Tagus até dezembro de 2019 só tinha dois anos em dívida, 2015 e 2016, faturados em fevereiro de 2016 e março de 2016. Entretanto no ano de 2017 não houve nenhuma fatura de TOS, no ano de 2018 também não houve fatura de TOS, só em setembro de 2019, o município fatura os anos de 2017 e 2018 e, em julho de 2020 apresenta mais uma fatura da TOS de 2019. A Tagusgás em poucos meses recebeu três faturas da TOS de 3 anos diferentes. Registou que desde 2008, a tal resolução do conselho de ministros, que veio permitir que a TOS fosse repercutida nos consumidores e, depois em 2013, quando é publicado o regulamento da repercussão, o tal manual com muitas fórmulas e que explicava como é que os operadores de gás vão transferir esse custo, que tinham com os municípios, para os clientes, a câmara sabia que essa transferência de custo ia ser imputada aos clientes e, tinha conhecimento das várias simulações que recebeu nas seis comunicações que tinha recebido da empresa e, sabia que quanto mais acumulasse de dívida mais os clientes iam pagar. Na simulação de 2016 os clientes particulares teriam um acréscimo de 7 euros, pela TOS de um ano. -----

--- Acrescentou que o município tinha deixado acontecer, passou 2017, 2018, e em 2019 e 2020, em poucos meses, apresenta três faturas e, sabia perfeitamente, pelas regras, que estes custos iam aparecer em cima dos clientes. Questionou porque nos anos de 2017 e 2018 não foram nem faturadas as TOS dos respetivos anos, nem foram exigidas as faturas emitidas em 2016, referentes à TOS de 2015 e 2016. Depois foi pressionando e, em julho de 2020 apresentar a última fatura exigindo o pagamento integral. Acrescentou que face á leitura dos documentos era mais que sabido, que aquela situação ia acontecer, a surpresa só foi para os clientes e, para quem não estava no executivo da câmara, quem não tinha aqueles seis documentos, onde dava perfeitamente para perceber. A situação tinha de ter sido precavida, dava para perceber antes e tinha agora de se perceber, porque não tinha sido acautelado. -----

--- Saliu que mais importante que a responsabilidade política, era importante obter para os consumidores, onde se incluía, uma solução, porque os valores que estavam a ser faturados, eram incomportáveis para as famílias. Observou que era importante mais do que tudo o resto, encontrar uma solução mas também, tinham de apurar porque tinha acontecido, porque tinham deixado correr desde 2016 e depois, em 2019 exigiram o pagamento de tudo. Havia explicações que tinham de ser dadas aos munícipes, era preciso repor a verdade, não dizer que a Tagusgás deixou acumular uma dívida de 5 anos porque não foi o que aconteceu, o município é que faturou a dívida de 5 anos, 3 anos em poucos meses e



SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL

depois manteve a TOS de 2 anos a arrastar desde 2016. Frisou que era preciso perceber porque é que isto aconteceu e não foi acautelado no seu devido tempo. -----

O senhor Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra **ao membro da Assembleia Municipal, senhor Gentil Duarte (PS)**, no uso da palavra, saudou os colegas e o público. Começou por confessar que por momentos ao ouvir os elementos do PSD, parecia estar perante a administração da Tagusgás. O PSD tinha utilizado como primeira estratégia política cavalgar no descontentamento natural das pessoas. As posições que tomamos escritas, ou não a seu tempo podem dar-nos razão, ou podem virar-se contra nós. --- A primeira questão que se colocava foi o aumento da TOS de 1,65 para 5 euros, em 2010, que foi aprovado por todas as forças políticas, sem votos contra. Lembrou que em 2010 havia um Presidente de câmara que assinou e administradores da Tagusgás, que não vieram dizer que a taxa poderia ter um grande peso nos consumidores, obviamente, porque estavam isentos e, era fácil aumentar uma taxa que não teria repercussão imediata. As forças políticas tinham à sua frente nomes e, pessoas que as geriam; as pessoas preferiam sempre chamar a responsabilidade ao PS mas, nunca diziam os nomes das pessoas que estavam à frente do PS, ou à frente da Tagusgás, não compreendia essa posição. -----

--- Disse que era muito fácil ser Presidente da câmara de Cascais, onde se tem super-ávidos de tudo. O PSD parece ter esquecido, que em 2013 um conjunto de pessoas, contra o seu próprio partido, que estava a governar mal, se tinham proposto gerir uma câmara, que tinha logo à partida mais de 55 milhões de dívida. Essas pessoas eram agora consideradas incompetentes e irresponsáveis, tinha dúvidas que naquela situação, algumas tivessem feito melhor. Reconheceu que em algumas situações tiveram o voto do PSD, porque precisaram de ajuda financeira, mas tinham de reconhecer também que tiveram a gerir o município, os elementos a quem hoje o PSD chamava incompetentes apesar, de terem conseguido o equilíbrio financeiro da câmara. -----

--- Revelou que, se o presidente do conselho de administração a quem foi emitida a fatura, em 2016, tivesse pago e cobrado aos consumidores, o que era devido pela lei, não estariam naquela situação. Possivelmente os consumidores teriam reclamado e, a questão do valor da taxa ter-se-ia resolvido, mas os administradores da Tagusgás nunca tinham colocado essa questão, contestaram sim, a metragem da canalização, que era o motivo para não pagar. Assumir as dores da Tagusgás, transferindo a responsabilidade de quem não pagou, para quem tinha a receber, não era correto. -----

--- O objetivo dos consumidores era que se arranjasse uma solução, para aquele enorme problema criado. Existiam questões na proposta de acordo com as quais, pessoalmente, também mas tinham uma perspetiva de solução. O objetivo era colocarem-se do lado da solução e, não bater no problema, uma solução legal, adequada e, que seja a menos gravosa para os consumidores. Afirmou que não tinha percebido qual era a proposta do PSD, era a devolução dos valores cobrados, se era essa a solução e consideram que era legal, deveriam apresentar como solução e, não deixar a meio. Simultaneamente o PSD sugeria a devolução dos valores e, por outro lado já consideravam uma receita da próxima administração autárquica. -----

--- Da leitura dos documentos questionou dado que, a empresa nos seus relatórios dizia que estava em negociações, o que não era verdade, se a câmara estava a pensar comunicar às autoridades competentes. Perguntou também, quando previa estar em condições de submeter uma proposta de acordo aos órgãos autárquicos e, o que dependia para o acordo ser realizado. -----

O senhor Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra **ao membro da Assembleia Municipal,**



SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL

senhor Mário Reis (CDU), que no uso da palavra, começou por apresentar cumprimentos. Agradeceu a todos os intervenientes anteriores pelos esclarecimentos e pela abertura da discussão a um número considerável de pontos de vista. Até ali tinham ouvido o senhor Presidente da câmara, agora ouviram muitas pessoas, com pontos de vista diferentes e, era assim que aprendiam. Todos sabiam que a situação da TOS no Cartaxo chegou onde chegou, porque a lei do orçamento de estado não estava regulamentada. Apesar da insistência de alguns partidos com assento na Assembleia da República e, porque a empresa, Tagusgás, foi oportunista no uso dessa lacuna em favor dos seus objetivos financeiros. Por isso, entendiam, que deviam começar por pressionar o Governo, para legislar devidamente o artigo 133 da lei do orçamento de estado para 2021. Informou que o Partido Comunista Português já tinha feito interpelação direta ao Governo, não só por causa do Cartaxo mas, também porque era uma pretensão desde 2017. -----

--- Como estavam no Cartaxo e como as vítimas da situação eram os cidadãos do Cartaxo, estariam a favor e tudo apoiariam para que, a taxa cobrada à Tagusgás pelo município seja devolvida. Disse não saber, se era tão ilegal como diziam, não lhes parecia e, para isso colocavam-se à disposição, quer para a negociação com o FAM, quer com todas as entidades governativas necessárias envolver, para ser possível, quer se trate de uma devolução direta, quer seja pela isenção de outros impostos à empresa mas, apenas no montante cobrado e, só até à legislação ser devidamente aprovada. -----

--- Considerou que a taxa era justa, era justa se fosse aplicada às empresas, porque as empresas ocupavam o espaço público; torna-se uma taxa injusta, quando as empresas a vertiam sobre os seus clientes. Referiu que estariam contra qualquer benefício a conceder à empresa, ou isenções seja de que natureza for e seja de que montante for, mesmo que fosse a isenção ou redução da taxa. -----

O senhor Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra **ao senhor Presidente da Câmara Municipal**, que começou por cumprimentar o senhor Presidente da Assembleia Municipal pelo grande exemplo na atuação e forma como tem conseguido gerir o mandato e, pela forma flexível como tinha conduzido aquele debate, num assunto delicado para o PS. -----

--- Transmitiu sobre as questões da senhora Salette Marques, que estavam focados na solução do problema, sem nunca perder de vista tudo o que tinha a ver com o interesse público e, a defesa do interesse daqueles a quem serviam. Numa fase seguinte avaliariam também, com apoio jurídico, avaliar daquilo que o município terá ao seu dispor, os instrumentos que terá ao dispor na defesa do interesse público, seja de forma reativa mas, acima de tudo estavam bastante pró-ativos nas audiências que já pediram à Comissão Parlamentar de Energia, na audiência do poder local, no trabalho junto de representantes da ANMP, nas audiências que estavam a solicitar com cada força política representada na Assembleia da República, n audiência solicitada ao senhor Ministro do Ambiente. -----

--- Frisou que sentiam desde o início o peso da responsabilidade do erro de perceção mas, essa responsabilidade não lhes retirava a necessária reação e ação proactiva, para que mais nenhum município passasse por aquela situação. -----

--- Sobre a questão do senhor Nuno Serra disse que não tinha presente as datas da faturação. Mencionou que no parecer da entidade reguladora, no relatório de auditoria datado de 30 de outubro de 2017, no quadro que falava da faturação aos municípios, referia no ano de 2015 a empresa invoca fatura devolvida ao município e, também ano TOS 2016 também era invocado o mesmo argumento. -----

--- Apontou que o bocadinho da entrevista que tinha dado à SIC, foi para o ar uma semana e meia depois



SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL

entretanto, já muita coisa tinha evoluído; a entrevista do Correio da Manhã tinham passado três ou quatro dias; as declarações no Público tinha passado mais de uma semana até a peça ser publicada portanto, havia um atraso significativo num processo que era diário. -----

--- O termo “falência” da câmara não utilizava, porque tecnicamente não era correto mas, era uma câmara com uma dívida estrutural bastante grande. Recordou, dado que foi citada a sua primeira passagem na câmara 2006/2007, que tinha estado muito tempo ausente da câmara entre dezembro de 2006 e abril/maio de 2007, por razões de saúde após, tinha ficado sem pelouros por divergências profundas com o Dr. Paulos Caldas e, em fevereiro de 2008 tinha pedido a renúncia ao mandato, quando perdeu as eleições internas do partido pois, entendeu que o partido queria a estratégia do Dr. Paulo Caldas. -----

--- Subscreeveu que o problema não residia na taxa e, tinha ali clarificado o comunicado do PSD sobre responsabilidades da taxa. O problema maior não residia na taxa, porque se assim fosse já teria responsabilidades para partilhar com alguém. Sobre a questão da utilização dos cabodutos disse, que além do facto de estarem a preparar adesão do PAM, uma das razões para a revogação da isenção tinha sido o facto de nunca terem utilizado os cabodutos da Tagusgás, se não lhe falhava a memória, não tendo assim razão para sustentar a isenção da TOS e da derrama. -----

--- Relativamente à intervenção do senhor Gentil Duarte disse que o acompanhava em tudo o que substantivo para o processo e concordava com a clareza das posições dos partidos políticos. Disse que sempre disponibilizaram a documentação solicitadas pelos partidos, quer naquele, quer noutros fóruns e, cada partido político devia assumir, com clareza, as suas posições, para poderem ter todos uma discussão aberta e franca, sobre qual será o melhor caminho. Registou que podia divergir ou ter posições contrárias à CDU mas, o senhor Mário Reis tinha ali deixado clara qual era a posição da CDU, o que dava a oportunidade de rebater e divergir, porque a posição é sempre muito clara. -----

O senhor Presidente da Assembleia Municipal agradeceu as palavras deixadas pelo senhor Presidente e partilhou com cada um dos membros da Assembleia Municipal, porque eram uma equipa, sem a concordância e tolerância de cada um não seria possível o debate que ali estavam a ter, para esclarecer os concidadãos. -----

--- De seguida **o senhor Presidente da Assembleia Municipal** deu por encerrado aquele debate. -----

MOÇÃO - Apresentada pelo grupo municipal da CDU. -----

O senhor Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra **ao membro da Assembleia Municipal, senhor Mário Reis (CDU)**, que no uso da palavra, procedeu à leitura da moção, que para melhor compreensão se anexa à presente ata (Anexo n.º 3), dela fazendo parte integrante. -----

O senhor Presidente da Assembleia Municipal declarou aberto o período para registo dos interessados em intervir na discussão da moção apresentada; não tendo registo de interessados, colocou a votação a moção apresentada pela CDU. -----

➤ **A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a moção apresentada**, com vinte e seis (26) votos a favor, *dezasseis (16) do PS, cinco (5) PPD/PSD.NC, três (3) da CDU, um (1) do BE e um (1) do MIP.* -----

MOÇÃO 8 DE MARÇO - Apresentada pelo grupo municipal do BE. -----



SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL

O senhor **Presidente da Assembleia Municipal** deu a palavra ao **membro da Assembleia Municipal, senhor Francisco Colaço (BE)**, que no uso da palavra, procedeu à leitura da moção, que para melhor compreensão se anexa à presente ata (Anexo n.º 4), dela fazendo parte integrante. -----

O senhor **Presidente da Assembleia Municipal** declarou aberto o período para registo dos interessados em intervir na discussão da moção apresentada; não havendo registo de interessados, colocou a votação a moção apresentada. -----

➤ **A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a moção apresentada**, com vinte e seis (26) votos a favor, *dezasseis (16) do PS, cinco (5) PPD/PSD.NC, três (3) da CDU, um (1) do BE e um (1) do MIP*. -----

PROPOSTA DE PROLONGAMENTO DA SESSÃO PARA ALÉM DAS VINTE E QUATRO HORAS. -----

O senhor **Presidente da Assembleia Municipal**, com a chegada das vinte e quatro horas e conforme previsto no Regimento, propôs e submeteu a votação o prolongamento da sessão para além daquela hora. -----

➤ **A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar o prolongamento da sessão para além das vinte e quatro horas.** -----

VOTO DE CONGRATULAÇÃO “PONTE RAINHA D. AMÉLIA” - Apresentada pelo grupo municipal do PS.

O senhor **Presidente da Assembleia Municipal** deu a palavra ao **membro da Assembleia Municipal, senhora Filipa Maltieiro (PS)**, que no uso da palavra, procedeu à leitura do documento, que para melhor compreensão se anexa à presente ata (Anexo n.º 5), dela fazendo parte integrante. -----

O senhor **Presidente da Assembleia Municipal** declarou aberto o período para registo dos interessados em intervir na discussão do voto de congratulação apresentada. -----

---De seguida deu a palavra ao **senhor Presidente da Câmara Municipal.** -----

O **senhor Presidente da Câmara Municipal** que sobre aquela matéria, saudou o trabalho conjunto com a câmara de Salvaterra de Magos. O trabalho em equipa muitas vezes dá frutos. Lembrou que o PSD em novembro, disse sobre a matéria, com o Vereador a dizer que não acreditava, nem estava esperançoso que se fosse resolver. O PSD fez um conjunto de considerações em relação à falta de força política do PS Cartaxo e, que o governo fazia vista grossa às necessidades do concelho. -----

--- Referiu que estavam muito satisfeitos com o trabalho desenvolvido mas, queriam mais. Transmitiu que continuavam a trabalhar com o governo, para que a parte dos municípios possa ser assumida pelo governo, se não na sua plenitude, na sua grande parte. Trabalhavam em silêncio, com sentido de responsabilidade, batendo às portas daqueles que podiam ajudar e, os resultados apareceriam. -----

O **senhor Presidente da Assembleia Municipal** deu a palavra ao **membro da Assembleia Municipal, senhor João Oliveira (PPD/PSD.NC)**, que disse que uma vez, que o senhor Presidente fez de comentador das posições políticas do PSD, obviamente, tinha de responder em prol da bancada. -----

--- Registou que viam com bons olhos o princípio para a resolução de meio problema pois, só contemplava os pilares. Lembrou que estavam a falar do concurso e, não da empreitada adjudicada, por prudência gostava de se congratular quando as obras estavam feitas, para depois não acontecer como na questão da escola secundária do Cartaxo, em que as obras ainda, não ocorreram e já foram alvo de congratulações e



SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL

votos de louvor. Disse esperar, sinceramente, que aquela obra pudesse ser complementada com outra empreitada e, que os valores em causa no concurso se enquadrassem nos valores de mercado, que as empresas se consigam encaixar e, que a obra tenha continuidade. -----

--- Declarou que iriam abster-se apesar, de concordarem que aquele era um investimento muito importante mas, acreditavam que a congratulação devia ser feita após a obra estar executada. -----

O senhor Presidente da Câmara Municipal tomou a palavra, afirmou que o presidente da câmara não era comentador, o presidente da câmara tomava posições, como o PSD assumia as dele. O PSD criticou a não inclusão no PNI, informou que o assunto estava a ser tratado de forma paralela com o senhor Ministro Pedro Nuno Santos. Disse que as suas observações também tinham a ver com o comunicado conjunto do PSD Cartaxo e PSD de Salvaterra d Magos, onde muita coisa foi colocada em questão, inclusive as comunicações com a empresa pública IP. Acrescentou que até à data as forças políticas, que se tinham preocupado em visitar a ponte foram a CDU, O Bloco de Esquerda e os deputados do Partido Socialista. -

O senhor Presidente da Assembleia Municipal colocou o voto de congratulação a votação. -----

➤ **A Assembleia Municipal deliberou, por maioria, aprovar a saudação apresentada**, com vinte e um (21) votos a favor, *dezassexis (16), três (3) da CDU, um (1) do BE e um (1) do MIP* e cinco (5) abstenções do PPD/PSD.NC. -----

RECOMENDAÇÃO “VIADUTO SANTANA” - Apresentado pelo grupo municipal do PS. -----

O senhor Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra **ao membro da Assembleia Municipal, senhor Salete Marques (PS)**, procedeu à leitura do documento, que para melhor compreensão se anexa à presente ata (Anexo n.º 6), dela fazendo parte integrante. -----

O senhor Presidente da Assembleia Municipal não havendo registo de interessados em intervir, colocou a votação a recomendação apresentado. -----
a moção apresentada. -----

➤ **A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a moção apresentada**, com vinte e seis (26) votos a favor, *dezassexis (16) do PS, cinco (5) PPD/PSD.NC, três (3) da CDU, um (1) do BE e um (1) do MIP.* -----

RECOMENDAÇÃO - Apresentada pelo grupo municipal do BE. -----

O senhor Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra **ao membro da Assembleia Municipal, senhor Francisco Colaço (BE)**, que no uso da palavra, procedeu à leitura da moção, que para melhor compreensão se anexa à presente ata (Anexo n.º 7), dela fazendo parte integrante. -----

O senhor Presidente da Assembleia Municipal declarou aberto o período para registo dos interessados em intervir na discussão da moção apresentada; não havendo registo de interessados, colocou a votação a moção apresentada. -----

➤ **A Assembleia Municipal deliberou, por maioria, aprovar a recomendação apresentada**, com vinte e um (21) votos a favor, *dezassexis (16), três (3) da CDU, um (1) do BE e um (1) do MIP* e cinco (5) abstenções do PPD/PSD.NC. -----

DECLARAÇÕES DE VOTO: -----



SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL

O membro da Assembleia Municipal, senhor José Augusto Jesus (PPD/PSD.NC) como declaração de voto disse: *“Quanto à fundamentação da moção temos sérias dúvidas, nomeadamente, não nos parece que esta situação fosse criada pela Tagusgás. Quanto à fundamentação vamo-nos abster, para não votar contra.”*. -----

O membro da Assembleia Municipal, senhor João Oliveira (PPD/PSD.NC) como declaração de voto disse: *“A questão das leis que foram levantadas e, que no meu entendimento não estão regulamentadas e, não posso concordar com a fundamentação.”*. -----

O membro da Assembleia Municipal, senhora Salete Marques (PS) como declaração de voto disse: *“Reforço que cada empresa é responsável pelas suas dívidas.”*. -----

RECOMENDAÇÃO “PRR TEJO” - Apresentado pelo grupo municipal do PPD/PSD.NC. -----

O senhor Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra **ao membro da Assembleia Municipal, senhor João Oliveira (PPD/PSD.NC)**, procedeu à leitura da recomendação, que para melhor compreensão se anexa à presente ata (Anexo n.º 8), dela fazendo parte integrante. -----

O senhor Presidente da Assembleia Municipal declarou aberto o período destinado à apreciação do voto e, deu a palavra **ao membro da Assembleia Municipal, senhor Francisco Colaço (BE)**, que começou por informar que já tinha estado numa sessão pública na região, sobre aquele tipo de projetos mas, não tinha tido clareza sobre o impacto ambiental nesse tipo de construção na zona da lezíria, tinha dúvidas e sabia que existiam organismos a estudar aquele tipo de projeto. Relevou que não era contra o desenvolvimento, nem que se faça investimento na área mas, tinha dúvidas no impacto ambiental e no enquadramento com a corrente do Tejo, com o corte de fluxo do Tejo de maneira que o seu sentido de voto seria abstenção. -----

O senhor Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra **ao membro da Assembleia Municipal, senhor Gentil Duarte (PS)**, no uso da palavra, manifestou que aquela seria a sua declaração de voto. Disse que todos pretendiam e estará na agricultura a chave para o desenvolvimento da região e, nunca votaria contra uma recomendação daquelas. Referiu que tinha dúvidas, pelos conhecimentos que tinha, nomeadamente, nos impactos duma intervenção daquele tipo numa zona de lezíria, por isso, iria abster-se, mais por falta de informação, do que pelos objetivos. -----

O senhor Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra **ao membro da Assembleia Municipal, senhor Salete Marques (PS)**, que disse associar-se à declaração do colega que a antecedeu e, acrescentou que aquela matéria irá ser alvo de estudo recomendado pelo governo portanto, enquanto não houver um estudo adequado sobre a sustentabilidade e viabilidade do projeto, não era possível tomar uma posição assertiva sobre a sua construção, disse que era precipitado colocar a questão naqueles termos, não obstante a concretizar-se traria desenvolvimento à região. -----

O senhor Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra **ao senhor Presidente da Câmara Municipal**, revelou que aquela era uma matéria em que a câmara municipal estava empenhada. A nível da Cimlt informou que iriam organizar mais uma reunião de trabalho, com a senhora Ministra da Agricultura, sobre aquela matéria. O governo há cerca de 4 meses lançou um concurso de 400 mil euros para os primeiros estudos de viabilidade, para um projeto de regadio no rio Tejo. Transmitiu que o conjunto de estudos iria ditar o impacto ambiental e se o projeto tinha viabilidade ou não. Disse que poderia ser



SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL

importante para reter água, para a região pois, ao contrário do que muitas vezes era dito, Espanha cumpria a convenção de Albufeira, Portugal é que não tinha capacidade de reter a água e pô-la ao serviço da agricultura. Considerou que toda a região vivia de costas voltadas, para o seu principal recurso e o recurso mais estruturante, o governo estava a agir bem primeiro estuda-se e, se existir viabilidade, avança-se para a concretização. -----

O senhor Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra **ao membro da Assembleia Municipal, senhor João Oliveira (PPD/PSD.NC)**, que respondeu que a questão dos impactos ambientais estava salvaguardada no texto da moção, obviamente, que o projeto tinha de ser alvo de estudos procurando soluções de minimização e compensações desses impactos, para que depois o investimento pudesse avançar. -----

Presidente da Assembleia Municipal colocou a votação a recomendação apresentada. -----

➤ **A Assembleia Municipal deliberou, por maioria, aprovar a recomendação apresentada** com onze (11) votos a favor, sendo dois (2) do PS (senhores Marco Rodrigues e Vera Maximiano), cinco (5) do PPD/PSD.NC, três (3) da CDU e um (1) do MIP, um (1) voto contra do PS (senhora Catarina Pinheiro), e catorze (14) abstenções sendo treze (13) do PS e um (1) do BE. -----

O senhor Presidente da Assembleia Municipal deu por terminado o período de *Antes da Ordem do Dia*. -----

ORDEM DO DIA

1. APRECIÇÃO DO RELATÓRIO DE ATIVIDADE E DA SITUAÇÃO FINANCEIRA DA CÂMARA MUNICIPAL, AO ABRIGO DA ALÍNEA C) DO N.º 2 DO ARTIGO 25.º DO REGIME JURÍDICO DAS AUTARQUIAS LOCAIS, APROVADO PELA LEI N.º 75/2013 DE 12 DE SETEMBRO. -----

O senhor Presidente da Assembleia Municipal introduziu o primeiro ponto da *Ordem do Dia* e declarou aberto o período destinado à apreciação do ponto, momento após o qual, deu a palavra **ao membro da Assembleia Municipal, senhor José Barroso (PPD/PSD.NC)**, que cumprimentou os presentes. Expressou que ao longo das sessões da assembleia sentia que não era útil o suficiente. Disse que sentia incomodado com a explicação extra do senhor Hugo Vieira sobre a TOS, parecia que ninguém sabia o que estava ali a fazer. Salientou a falta de capacidade de síntese de todos, aquela era a casa da democracia mas, levava a que se prolongasse as sessões. -----

--- Deu os parabéns ao presidente da junta de freguesia de Vila Chã de Ourique pelas medidas implementadas ao longo da zona do recinto da festa, que considerou serem medidas de abrandamento. --

--- Partilhou, novamente, a situação da sinalética que quase o envergonha, com as várias situações de sinalética de velocidade diferentes, sinais de prioridade em falta. -----

--- Comentou, respeitando todas as tendências e opiniões, como tinham permitido que tivessem havido um tipo de filmagens na praça de touros do Cartaxo, para um programa crítico às touradas. Considerou que foi desapropriado, a segunda praça mais antiga, profundamente desajustado. -----

O senhor Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra **ao membro da Assembleia Municipal, senhor Vasco Casimiro (PS)**, que no uso da palavra, apresentou os seus cumprimentos. -----

--- Agradeceu ao senhor José Barroso por ter parabenizado, disse que eram extensíveis ao executivo da



Município do Cartaxo | Assembleia Municipal

SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL

junta de freguesia, mesa da assembleia e assembleia de freguesia, que também tinham apresentado propostas para tornarem mais seguras as ruas. Referiu que os parabéns eram também para a câmara municipal porque a obra era da câmara, com as propostas da junta de freguesia. Os parabéns eram para todos os que trabalhavam em prol da freguesia de Vila Chã de Ourique. -----

Tomou a palavra **o membro da Assembleia Municipal, senhor Hugo Vieira (PS)**, por ter sido visado na intervenção inicial que, disse que pensava que uma das funções do deputado municipal era esclarecer os munícipes, porque pessoas informadas têm opiniões informadas. Pessoalmente não sabia se todos os deputados tinham conhecimento do tema, o que sabia era que muitos cidadãos não tinham e, sendo a assembleia pública julgou importante informar os concidadãos sobre temas tão complexos. -----

--- Considerou ainda, que a praça de touros era um espaço público, que era de todos, que não era apenas utilizado para touradas e, era bom e saudável, que assim fosse. Referiu que tinha visto o programa e, não tinha visto nada de mal, tal como não via nada de mal na tourada. -----

O senhor Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra **ao membro da Assembleia Municipal, senhor Francisco Colaço (BE)**, que questionou se existia algum projeto de instalação, para central fotovoltaica o concelho do Cartaxo, que implicasse destruir área florestal instalada e qual a sua extensão. -

--- Solicitou informação sobre quando se previa ficar pronto do skate parque, que finalmente e em boa hora vai ser proporcionado aos jovens. -----

--- Perguntou quando iria ser iniciada a cobrança de estacionamento no concelho do Cartaxo. Por fim agradeceu ao senhor Presidente da Assembleia Municipal a paciência e tolerância para terem debatido o assunto antes da ordem do dia, de extrema importância. Louvou a forma cívica, cordata e respeitadora como tinha decorrido o debate entre todos, com opiniões diversas, num país onde alguns achavam que se podia pedir a deportação de pessoas. -----

O senhor Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra **ao membro da Assembleia Municipal, senhora Catarina Pinheiro (PS)**, que no uso da palavra, apresentou cumprimentos aos presentes e fez a sua intervenção consubstanciada na leitura do documento, que para melhor compreensão se anexa à presente ata (Anexo n.º 9), dela fazendo parte integrante. -----

O senhor Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra **ao membro da Assembleia Municipal, senhor João Oliveira (PPD/PSD.NC)**, que abordou o tema do pagamento de horas extra, que tinha referido na última sessão e, que tinha tido conhecimento que tinha sido indeferido, por parte do município. Julgou que a situação poderia ter sido resolvida de outra forma, uma vez que foram passados diferentes pontos pelo executivo aos trabalhadores e, lamentou que a resolução fosse aquela. -----

---- Relativamente à questão das avaliações, que também tinha trazido na sessão anterior e, que tinha sido informado pelo senhor Vice-Presidente que as avaliações decorrentes das contestações seriam dadas até ao final do ano, o que ainda não tinha acontecido, pelo que solicitou ponto de situação do processo. -----

--- Comentou que o entristecia, em relação à sinalética da toponímia, trazer de novo ali a questão, sem que as situações estivessem resolvidas. Constatou que no Cartaxo se demorava meses ou até anos para se colocar identificação correta nas ruas da cidade, mesmo após um membro da assembleia municipal ter alertado para o facto, sucessivamente, em diferentes órgãos e dado conta das consequências. Referiu que aquela era uma responsabilidade da junta de freguesia e, que tinha colocado a questão por escrito ao senhor Presidente da união de freguesias Cartaxo e Vale da Pinta e, que ainda não tinha obtido resposta.



SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Gostaria de perceber porque andava há um ano a falar naquele assunto e, algo que tinha um impacto financeiro tão baixo, não estava ainda resolvido. -----

--- Sobre o PDM, que em setembro de 2017 foi noticiado que teriam a revisão final e, alguns municípios da região tinham conseguido a sua revisão do PDM. No Cartaxo desde 2017 que estava quase e, chegavam a 2021 também acreditava que estava quase. Perguntou quando ocorreria a revisão pois, tinham casos como Valada, uma situação muito delicada, com uma população que estava a morrer aos poucos, pelas dificuldades e entraves urbanísticos existentes e, outros tantos casos m que um PDM com tantos anos, já se encontrava desajustado. Solicitou informação, por escrito, das razões que levavam a que desde 2017 a revisão não se tenha ainda concretizado. -----

O senhor Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra **ao senhor Presidente da Câmara Municipal** que sobre a questão da sinalética disse, que todas as semanas colocavam sinais mas, os recursos não chegavam para ir a todo o lado. Revelou que tinham algumas dificuldades de gestão operacional mas, iam colocando os sinais que conseguiam, tendo uma promessa por cumprir com o presidente de Pontével, em relação à sinalética de pesados. -----

--- Relativamente às filmagens na praça de touros explicou o processo: uma produtora, com quem trabalhavam habitualmente, fez um mil de contato para um programa pedagógico, cultural, humorístico em que pediram a cedência da praça de touros. No e-mail não era mencionado que era para fazer para fazer sátira às touradas, ou de cariz antitaurino. Observou que tinha visto o programa e, como cidadão que gota de touradas não ficou chocado. Alertou que sendo aquele, um equipamento cultural, coo presidente de câmara não poderia deixar de o ceder, mesmo que fosse para uma manifestação antitaurina porque, estavam num estado de direito e o equipamento não era sua propriedade, era do município aberto a todas as pressões e manifestações culturais ou não, enquadrado nas regras. -----

--- Sobre as questões do senhor Francisco Colaço informou que, o skate parque já tinha sido adjudicado e corria o prazo legal para arrancar a obra. Revelou sobre a posição do município em relação às centrais fotovoltaicas que, viviam um estado de direito, a câmara contratava técnicos para emitir pareceres, para ajudar na tomada de decisão do município do Cartaxo em relação a todos os projetos de investimentos, que ali entravam; não era pelo gosto pessoal ou sensibilidade do presidente da câmara. Fosse para viabilizar projetos ou inviabilizar projetos na administração pública tinham a norma habilitante. Clarificou que era muito sensível às questões trazidas pela senhora Catarina Pinheiro enquanto cidadão, enquanto decisor político e presidente de câmara assim como, o executivo municipal tomavam decisões político-administrativas com base nos pareceres técnicos. -----

--- Aconselhou o senhor João Oliveira a ler um artigo, do jornal Mirante, sobre os PDM's. Salientou que Ourém tinha conseguido concluir a revisão do PDM, Benavente em 2019 mas, a maioria dos municípios da região de Lisboa e Vale do Tejo estavam a passar por um calvário. Revelou que tinham esperança que, a nova presidente da CCDR de Lisboa e Vale do Tejo, viesse ajudar a desbloquear algumas situações. Sugeriu que sendo aquele um tema determinante para o território, que pudessem fazer uma sessão temática, com os técnicos para que pudessem responder a todos as questões dos senhores deputados. --

O senhor Presidente da Assembleia Municipal informou que estava a programar uma sessão extraordinária, eventualmente, para meados de março e ficava a sugestão de um tema a tratar. -----

--- De seguida deu a palavra **senhor Vereador Pedro Nobre**, que apresentou cumprimentos. Informou,



SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL

relativamente, ao skate parque que tinham sido iniciados naquele dia os trabalhos de instalação e, previa-se que na próxima semana estivesse concluída a instalação. Sobre a documentação do PDM relativamente aos constrangimentos que têm encontrado, irá enviar a informação, tal como já tinha feito chegar aos vereadores do JPM. -----

--- Quanto às questões levantadas pela senhora Catarina disse que partilhava das suas preocupações relativas aos projetos fotovoltaicos que estão a aparecer por todo o país. Dos 25 pedidos entrados no município, 4 são pedidos de licenciamento e, os restantes informações simples e informações prévias, retirando projeto maior da Escalabis, 590 hectares no global de pedidos. A informação era extensa mas, se tivessem necessidade de mais informação, para completar fizessem o favor de solicitar. -----

--- Relativamente à questão da quarta alteração do PDM informou que iria solicitar aos serviços a fundamentação subjacente aquela alteração. -----

--- A questão da toponímia referiu que tinha a ver com a questão operacional, em conseguir a celeridade necessária em fazer a colocação das placas seja responsabilidade da junta, ou do município. Partilhou que havia um historial muito grande na toponímia, tinham tentado fazer a recuperação de muitas decisões de toponímia, em que só no atual mandato foi possível começar a colocar as placas mas, ainda havia muito trabalho a fazer. Informou que o regulamento estava em fase de revisão, para melhorar algumas questões.

O senhor Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra ao **senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal** que apresentou os seus cumprimentos. Relativamente ao parque de estacionamento, no dia 12 de fevereiro estavam a aguardar a certificação da bioética e validação das máquinas. Quando à certificação dos elevadores, já tinham sido vistoriados, faltava a cimlt emitir o certificado. Acrescentou que estavam a transformar a iluminação convencional, para iluminação led. Salientou que estava marcada para a segunda semana de março a vistoria de certificação do equipamento do parque de estacionamento, pela ANPC e, tinha a expectativa de todas aquelas situações resolvidas dar início à efetiva cobrança do parque de estacionamento. -----

--- Sobre as avaliações Siadap informou que existiam 6 reclamações, 2 já tinham sido respondidas, estando 4 ainda para dar resposta. -----

O senhor Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra ao **membro da Assembleia Municipal, senhor Mário Reis (CDU)**, que no uso da palavra, analisou o relatório síntese e observou que o mapa da página 24 continha um erro. Na página 62, receita cobrada em 2020, taxas, multas e outras penalidades, é de 1 milhão e 200 mil euros, perguntou se dizia respeito à taxa cobrada à Tagusgás. Referiu a página 63, despesas de capital, a dotação 4,015 milhões de euros só são pagos 1 milhão e 35 mil euros, queria perceber porque da diferença, que também acontecia na despesa corrente. Solicitou explicação sobre o cálculo da página 73, em que o passivo aumenta 5 milhões de euros, o que significava que o ativo de 2020 era de 5 milhões de euros. Questionou o que se tratava o projeto piloto mencionado na página 112, projeto integrado de recolha de resíduos urbanos. Solicitou informação detalhada sobre os processos de natureza jurídica, que constava nos anexos, nomeadamente, o processo número 1026. -----

O senhor Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra ao **membro da Assembleia Municipal, senhora Vera Maximiano (PS)** que apresentou os seus cumprimentos. Disse que ultimamente nas redes sociais a informação e manifestações era acerca de um único assunto. Referiu que era importante tratar outros assuntos e, que as atividades de saúde pública multidisciplinares, sectoriais e com uma abordagem



Município do Cartaxo | Assembleia Municipal

SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL

holística e devia ser participada pelas populações e parcerias. Nesse sentido considerou que a autarquia tinha sido um bom parceiro ao nível da saúde pública, com a dinamização das atividades. Solicitou informação sobre em que medida a câmara municipal do Cartaxo tem tido um papel moderador, relativamente, a assuntos como a vacinação, como a educação e às IPSS do concelho e, ponto de situação relativamente à pandemia. -----

O senhor Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra **ao membro da Assembleia Municipal, senhor Délio Pereira (PS)**, que apresentou cumprimentos. Relativamente ao comentário onde foi mencionada a união de freguesias Cartaxo e Vale da Pinta, do senhor José Barroso disse que após a explicação do senhor Presidente tinha ficado claro que a junta não tinha competência, para impedir qualquer atividade que se promova na praça de touros do Cartaxo, a junta de freguesia tinha a gestão dos espetáculos tauromáquicos, as outras competências são do proprietário, que é a câmara municipal do Cartaxo. -----

O senhor Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra **ao senhor Presidente da Câmara Municipal** que transmitiu sobre a questão dos processos judiciais, que tinha já solicitado aos serviços o esclarecimento. -----

--- Referiu em relação à pandemia eu a evolução era positiva. Simbolicamente saudou a senhora Vera Maximiano em nome dos profissionais de saúde, que tem estado 24 horas sobre 24 horas ao serviço de todos. Transmitem que os números no Cartaxo estavam a evoluir favoravelmente, dentro da linha do que estava a acontecer a nível nacional. Até ao momento tinham 1193 casos detetados com covid, casos ativos 29, 1142 pessoas recuperados e a lamentar 22 óbitos. O plano de vacinação no Cartaxo estava a ser cumprido dentro do que estava definido pelas autoridades de saúde. Referiu que através do serviço de proteção civil, através dos bombeiros municipais, através da área de ação social e saúde faziam a ponte com todos os interlocutores ao nível das Ipss e área da saúde pública, tendo um papel de auxiliar as autoridades de saúde, em tudo o que fosse logística, dentro dos meios disponíveis. Informou que os briefings diários se mantinham com as autoridades de proteção civil, agrupamentos de escolas, associações de pais, forças policiais, presidentes de junta. Na segunda-feira teriam a visitar do Dr. Carlos Ferreira, diretor da ACES Tejo, onde segundo o que estava planeado teriam um centro de vacinação no pavilhão de exposições. Acrescentou que da área da saúde pública tinham tido um excelente feedback no concelho, não imune a falhas mas, a parceria com os lares, Ipss, bombeiros corriam bastante bem. Ao nível das escolas a articulação também era bastante positiva, com o ultrapassar de alguma perturbação nos primeiros dias de aulas presenciais. Houve um esforço da parte da autarquia e agrupamentos, para que as crianças de famílias mais carenciadas pudessem ter equipamentos, que permitissem as aulas online. As escolas de acolhimento funcionaram para os filhos dos profissionais de primeira linha. Da parte dos bombeiros, que extravasaram as suas competências mais diretas, praticamente, todos os dias, com o equipamento que adquiriam, saíam para descontaminar áreas e equipamentos públicos. O balanço com todas as condicionantes, era positivo. -----

--- Reiterou a gratidão a todos os profissionais da primeira linha, que ajudavam a superar aquela fase bastante difícil para toda a humanidade. -----

O senhor Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra **ao senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal** que respondendo ao senhor Mário Reis disse que existia um erro na descrição da coluna do mapa. Relativamente ao mapa da página 62 esclareceu que era o efeito da cobrança da taxa TOS. Na



SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL

página 63, a despesa de capital explicou que o município do Cartaxo tinha previsto, no ano 2020, no pagamento do capital do passivo financeiro, ou seja, o FAM, 1 milhão 470 mil euros. Referiu que o município do Cartaxo desde 2005, que não transitava o ano com uma dívida tão pequena, cerca de 73 mil euros. Sobre a aquisição de bens e serviços, a dotação inicial era de 5 mil 660 e, apesar de toda a despesa com o covid, pagou 3 milhões 302 mil euros, sendo que apenas ficou em dívida 42 mil euros das obrigações do município, que se referia a um acerto de contas com a cartágua. Salientou que a dívida a fornecedores no final do ano foram 117 euros. -----

--- Sobre a página 73 esclareceu que tinha a ver com o ativo do município, houve uma alteração contabilística no início do ano de 2020, que tinha obrigado a fazer algumas correções ao património, que tinha a ver com a vida útil de determinados bens. Afirmou que o município tinha uma contabilidade de custos a funcionar, em que podiam comparar a contabilidade do município com qualquer conta de uma atividade particular, porque os sistemas eram conciliáveis -----

O senhor Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra ao **senhor Vereador Pedro Nobre**, que informou que o projeto piloto era uma parceria com a Altice, que tinham iniciado conversações em março mas, só tinha ficado funcional no final de 2020. O projeto passava por colocação de tag's nos contentores de lixo e, iria permitir ter dados, para que tivessem rotas de recolha do lixo mais eficientes, como estavam ainda em fase de recolha de elementos, não tinha ainda dados para partilhar. -----

O senhor Presidente da Câmara Municipal tomou a palavra e transmitiu sobre a questão dos processos judiciais, que o processo mencionado era uma situação ocorrida há cerca de 3 anos na zona do espaço público da Quinta do Brito e, tinha a ver com uma queda, num buraco que provocou um traumatismo craniano grave com sequelas mas, só agora tinham sido notificados-----

O senhor Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra ao **membro da Assembleia Municipal, senhor Francisco Colaço (BE)**, que fez referência à página 69 do relatório, despesas correntes e despesas de capital, relativo a 2019 e 2020, questionou o porquê de em janeiro de 2020 ter baixado a despesa corrente e a despesa de capital, em abril era superior a 600 mil euros e, em abril de 2020 era muito baixa. -----

O senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal, no uso da palavra, esclareceu que no mês de janeiro existia sempre um acréscimo na despesa corrente, porque faziam os cabimento e compromissos dos contratos anuais de fornecimento continuo como: gasóleo, água, eletricidade. Referiu que estavam a analisar despesa comprometida, ou seja, requisições e não faturas, era o processo de compromisso da despesa. A despesa de capital no mês de abril de 2019, de 663 mil euros, tinha a ver com a conclusão do centro escolar. -----

O senhor Presidente da Assembleia Municipal deu por encerrado o ponto. -----

➤ **A Assembleia Municipal apreciou o relatório de atividade e da situação financeira da Câmara Municipal.** -----

2. DECLARAÇÕES PREVISTAS NO ARTIGO 15.º DA LCPA. -----

Proposta de Deliberação N.º 6/VP-FA/2021 -----

"Considerando que:



Município do Cartaxo | Assembleia Municipal

SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL

O artigo 15.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro (LCPA), na sua atual redação, estabelece que os dirigentes das entidades devem até 31 de janeiro de cada ano:

- a) Declarar que todos os compromissos plurianuais existentes a 31 de dezembro do ano anterior se encontram devidamente registados na base de dados central de encargos plurianuais;
- b) identificar em declaração emitida para o efeito e de forma individual todos os pagamentos em atraso existentes a 31 de dezembro do ano anterior;
- c) identificar em declaração emitida para o efeito e de forma individual todos os recebimentos em atraso existentes a 31 de dezembro do ano anterior;

No final de 2020, o Município não apresentava pagamentos em atraso, ou seja, contas a pagar que permaneçam nessa situação mais de 90 dias posteriormente à data de vencimento acordada ou especificada na fatura ou documento equivalente.

Assim, com base nos considerandos acima vertidos, tenho a honra de propor que a Câmara Municipal delibere enviar à Assembleia Municipal a:

- Declaração dos compromissos plurianuais registados a 31 de dezembro de 2020, anexa a esta proposta de deliberação;
- Declaração que identifica de forma individual todos os recebimentos em atraso existentes a 31 de dezembro de 2020, anexa a esta proposta de deliberação.

Nos termos da alínea c) do n.º 2 do art. 15º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, na sua atual redação.

Que a Assembleia Municipal aprecie:

- Declaração dos compromissos plurianuais registados a 31 de dezembro de 2020, anexa a esta proposta de deliberação;
- Declaração que identifica de forma individual todos os recebimentos em atraso existentes a 31 de dezembro de 2020, anexa a esta proposta de deliberação.

O Vereador com competências delegadas,

(Despacho n.º 11/2017/PC-PMR de 17-10)

Fernando Manuel da Silva Amorim"

O senhor Presidente da Assembleia Municipal apresentou o ponto e declarou aberto o período destinado à apreciação do tema, momento após o qual, deu a palavra ao membro da Assembleia Municipal, senhor Mário Reis (CDU), que solicitou esclarecimento sobre os mapas, que acompanhavam a proposta. -----

Interviu de seguida o membro da Assembleia Municipal, senhor João Oliveira (PPD/PSD.NC), que sobre os fundos disponíveis do município no final do exercício de 2020, que mereciam uma consideração política. Observou no que concerne ao balanço entre a despesa no exercício e a receita e, salientando o ano em que o município teve, efetivamente, um resultado extraordinário do lado da receita com a cobrança da TOS e a isenção dos pagamentos de capital da FAM, do lado da despesa, o que estava claramente ali vertido. Referiu que era curioso ter um orçamento em que cobrada estava acima da receita prevista, 19 milhões e 300 mil euros e, do lado da despesa tinham previsto em orçamento uma dotação de quase 19 milhões, um orçamento equilibrado e, depois tinham um travão a fundo por quem gere o município. -----

--- Relembrou que num ano de pandemia, o município desenvolveu um conjunto de apoios, que segundo sabia rondava o valor 550 mil euros. Considerou extraordinário num ano de pandemia e com um gasto extraordinário de 550 mil euros, se conseguisse fazer um travão a fundo e, ter uma taxa de execução da despesa daquela natureza, uma execução de 12 milhões, comparativamente com a receita de 18 milhões, 3 milhões de euros da questão da TOS e do FAM e, continuava a existir um travão a fundo em 2020. -----

--- Partilhou que financeiramente parecia uma coisa muito boa mas, tinha um custo muito grave, um



SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL

concelho ao nível dos serviços, dos seus equipamentos que se vão degradando, com custos de manutenção superiores. Revelou que estava ansioso para ver as taxas de execução do plano plurianual de investimentos, que tiveram oportunidade de debater em sede de orçamento, quando tiveram oportunidade de dar opinião sobre o que aí vinha e, em que parecia estarem certos. Os fundos disponíveis que passam para 2021 são mais de 6 milhões de euros, num município com as dificuldades ao nível dos seus serviços, da qualidade dos equipamentos, das infraestruturas, um conjunto de situações que prejudicam a vida dos munícipes, num ano marcado pela pandemia, em que se previa por parte do executivo um maior apoio e, tinham enquadrado em algumas medidas que tinham apresentado, era necessário chegar às famílias, às empresas, às associações fosse em apoios, benefícios fiscais, em programas de fomento, o que não aconteceu. Por sua vez no exercício corrente do município verificava-se um travão. -----

--- Disse estar curioso para perceber como ia 2021, o que ia ser inserido no saldo de gerência. Repetiu que lhe parecia que em 2021 vinha um ano, ou pelo menos uns meses até às eleições autárquicas, muito interessantes. Considerou que era pena viverem aquela gestão bipolar, onde andavam à mingua uma série de anos, para depois chegar ao ano eleitoral e fazer um conjunto de investimentos, para dar prova de vida, que no seu entendimento e do PSD não era sinal de uma boa gestão pública. -----

--- Finalizou questionando quanto previam de saldo de gerência para o próximo ano e, se efetivamente, previam manter a trajetória de subir o saldo de gerência, ou se em 2021 iriam ter um abatimento do que não foi feito nos outros anos. -----

O senhor Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra **ao membro da Assembleia Municipal, senhor Pedro Mesquita Lopes (PPD/PSD.NC)**, que observou sobre os valores em dívida, que grande parte era valores das refeições escolares e, estavam identificadas as crianças como devedores à câmara e, perguntou se tinha de ser assim, se não deveriam ser os pais. -----

--- Referiu uma dívida de 12 mil 552 euros e 50 cêntimos, de 30/12/2015, que constatou existir um processo judicial, uma execução do Ministério Público, no Tribunal do Cartaxo, instaurada em 18 de setembro de 2012, no exato valor de 12 mil 552 euros e 50 cêntimos, contra o mesmo indivíduo. Perguntou se era a mesma dívida. -----

O senhor Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra **ao senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal** que relativamente à questão do saldo e fundos disponíveis referiu que o PSD nas reuniões de executivo, sempre teve preocupação, que o município não gastava o dinheiro da moratória do FAM, tinha de ser gasto com a questão da pandemia e do plano de recuperação do município. O município tinha assumido e honra o compromisso de não tocar num cêntimo, sem ter o plano recuperação do Cartaxo em execução e isso refletia-se no saldo de gerência. -----

--- Registou que o município nas conversações com a Tagusgás sobre a TOS sempre disse que, tinha a verba disponível para devolver, ou corrigir, se o quadro legal o permitisse e, como tal honrou o compromisso e não mexeu num cêntimo do que tinha recebido da TOS. O município do Cartaxo consegue honrar os compromissos, porque do ano 2020, para o ano 2021 o município passou entre o que comprometeu, ou aquilo que se responsabilizou pagar e o que pagou 1 milhão 388 mil euros, caso os contratos se viessem a realizar. Tudo somava 4 milhões 405 mil euros, para saldo de gerência de 6 milhões significava para efeitos de equilíbrio orçamental, que o município tinha as contas, perfeitamente, equilibradas no ano de 2020, para honrar todos os seus compromissos. Partilhou que o PSD ao longo do ano esteve sempre preocupado se



SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL

o valor existia e, se não tinha sido gasto; chegados ao final do ano davam provas do valor e, agora estavam preocupados por o valor não ter sido gasto. -----

--- Relativamente à questão do senhor Mário Júlio esclareceu que era uma lista de devedores ao município, direitos que o município tinha para com terceiros. Os mapas dos custos plurianuais diziam respeito a compromissos assumidos em 2019 e 2020, que tinha de honrar em 2021, 2022, 2023, nos anos seguintes. Uma declaração em como não tinha dívidas em atraso, uma declaração que cumpre a lei dos compromissos. Explicou sobre o Ateneu explicou que reportava a isenções atribuídas em reunião de câmara. -----

--- Sobre a questão do senhor Pedro Mesquita Lopes disse que não tinha presente e, que faria chegar por escrito a explicação. Confirmou que era o nome da criança e contribuinte que constava porque era de acordo com as listagens da escola mas, se existisse alguma execução seria sempre em nome do encarregado de educação. -----

O senhor Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra **ao membro da Assembleia Municipal, senhor Hugo Vieira (PS)**, que questionou se a Vodafone devia ao município desde 2017, cerca de 50 mil euros. -----

O senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal respondeu que sim, tinha a ver com 3 projetos, que a Vodafone tinha colocado. Esclareceu que eram taxas de trabalhos na via pública, foram emitidas as licenças, mas as obras não tinham começado e, como a Vodafone ainda não sabia se iria efetivar ou não as obras. A Vodafone precisa de pagar as licenças para executar a obra. -----

O senhor Presidente da Assembleia Municipal deu por encerrada a apreciação do ponto. -----

➤ **A Assembleia Municipal apreciou as Declarações previstas no artigo 15.º da LCPA.** -----

3. DESAFETAÇÃO DE BEM DO DOMÍNIO PÚBLICO. -----

Proposta de Deliberação N.º 01/V-PN/2021 -----

“Considerando que:

Em reunião de Câmara de 17.02.2020, foi aprovada uma proposta para apresentar à Assembleia Municipal (AM), tendo em vista a desafetação do domínio público de uma parcela de terreno com área de 3,62 m2, localizada na Rua do Lamarão, na Lapa, com o objetivo de posteriormente se proceder à venda da mesma, de modo a permitir a unificação dos art. 655º e 657º, com os quais a parcela confronta, que foi aprovada na sessão da AM de 20.02.2020

Nos considerandos da proposta constava uma expressão, no seu sentido estritamente literal, era passível de inviabilizar o registo predial da parcela

Para a melhor resolução do problema se optou se por expurgar as deliberações da Câmara e da AM daquela expressão, com a conseqüente revogação das deliberações destes órgãos e tomada de novas deliberações pelos mesmos órgãos visando a desafetação da parcela do domínio público municipal

Que a Câmara e a AM já revogaram as suas deliberações nas suas reuniões de 21.12.2020 e 28.12.2020, respetivamente e que se impõe, agora, tomar novas deliberações de desafetação da dita parcela de terreno

Assim, proponho que a Câmara Municipal, nos termos do disposto conjugado na al. ccc) do n.º 1 do art.º 33.º com a al. q) do n.º 1 do art.º. 25º do Anexo à Lei nº 75/2013, de 12.09, na sua redação atual, aprove proposta a apresentar à próxima Assembleia Municipal para desafetação do domínio publico e conseqüente passagem ao domínio privado municipal de uma parcela de terreno com a área total de 3,62 m2, situada na Rua do Lamarão, na Lapa, União das



SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Freguesias da Ereira e Lapa, que confronta a norte com o artigo 657º, a sul com o artigo 655º, a nascente com Joaquim Gerardo e a poente com a Rua do Lamarão.

A Assembleia Municipal, nos termos do disposto na al. na al. q) do nº 1 do art.º. 25º do Anexo à Lei nº 75/2013, de 12.09, na sua redação atual aprove a desafetação do domínio publico e conseqüente passagem ao domínio privado municipal de uma parcela de terreno com a área total de 3,62 m2, situada na Rua do Lamarão, na Lapa, União das Freguesias da Ereira e Lapa, que confronta a norte com o artigo 657º, a sul com o artigo 655º, a nascente com Joaquim Gerardo e a poente com a Rua do Lamarão.

O Vereador com competências delegadas,

(despacho n.º 11/2017/PC-PMR, de 17-10)

Pedro Filipe Miranda da Cruz Nobre”

O senhor Presidente da Assembleia Municipal submeteu a votação a proposta apresentada no ponto. -

➤ **A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a proposta apresentada**, com vinte e seis (26) votos a favor, sendo dezasseis (16) do PS, cinco (5) do PPD/PSD.NC, três (3) da CDU, um (1) do BE e um (1) do MIP. -----

4. MEMORANDO DE INVESTIMENTO TERRITORIAL INTEGRADO/LEZÍRIA DO TEJO, MÉDIO TEJO E OESTE. -----

A Assembleia Municipal tomou conhecimento. -----

INTERVENÇÃO DO PÚBLICO -----

O senhor Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra **ao senhor Presidente da Câmara Municipal** para resposta às questões dos munícipes, que para melhor compreensão se anexam à presente ata (Anexo n.º 10), dela fazendo parte integrante. -----

O senhor Presidente da Câmara Municipal, no uso da palavra, que, começou por cumprimentar a Mesa, os senhores deputados municipais, o executivo camarário, todos o que ajudavam na realização da sessão, em formato digital e também, saudou todos os que assistiam à sessão da Assembleia Municipal através, dos canais digitais do município. -----

--- Considerou um sinal de vitalidade e cidadania ativa procurarem através do órgão Assembleia Municipal esclarecimentos. Transmitiu que quase todos os munícipes se tinham dirigido também ao executivo municipal e, tinham obtido uma resposta escrita. -----

--- Transmitiu sobre o tema, não focando questões individuais, fazendo um histórico disse que a taxa municipal de subsolo foi inserida no regulamento de taxas em 2007. Em 2010 foi aprovado, por unanimidade, a atualização de taxa, em sede de assembleia municipal e de câmara, onde houve o maior aumento da taxa de 1,65 euros, passou para 5 euros. A 19 de maio de 2014 foi aprovado, por unanimidade, revogar a isenção que era dada à Tagusgás; por conseguinte, a partir do ano de 2015, a TOS passou a ser faturada à Tagusgás. A razão da revogação da cobrança desta taxa era porque, a câmara estava em processo de preparação de acesso ao empréstimo do fundo de apoio municipal e, estava forçada e obrigada a reencontrar medidas de equilíbrio orçamental e, tinha sido de forma bastante responsável, que tinham revogado a isenção à Tagusgás. Na reunião da câmara municipal realizada em 19 de dezembro de 2016



SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL

foi deliberado aprovar, também por unanimidade, e submeter à Assembleia Municipal o programa de ajustamento municipal do município do Cartaxo, onde aquela matéria estava muito clara. Em Assembleia Municipal foi aprovado sem votos contra e, sem qualquer manifestação em relação aquele ponto no programa de ajustamento municipal. -----

--- Clarificou que quando aprovavam o orçamento e as grandes opções do plano ia agregado o mapa de pessoal e a tabela de taxas e licenças municipais e, nos últimos anos no debate político nunca tinha sido objeto de alguma discussão a tabela de taxas e licenças, nunca nos últimos 13 anos alguma força política tinha contestado o valor da TOS, nunca receberam alguma proposta de alteração àquela taxa. -----

--- Saliou que a câmara tinha sido alertada pela empresa sobre a expressão significativa para os consumidores da taxa e, indicou que poderia ser aferido por todos aquela situação pois, em nome da transparência tinham disponibilizado no site um conjunto de documentos sobre a TOS. O município perante aquele alerta tinha constituído um grupo de trabalho para aquele efeito, do ponto de vista da área financeira não houve disponibilidade da técnica para fazer o cálculo. O município cometeu um erro, quando não havia capacidade instalada no município deveriam ter contratado uma consultora, o voluntarismo muitas vezes dava nestas situações. Referiu que ele próprio, o Vice-Presidente Fernando Amorim e o Vereador Pedro Nobre assumiram os cálculos do que estava em causa e, hoje olhando para trás no processo, não o teriam feito. O cálculo que fizeram dava um impacto significativo, tal como a empresa alertou. Para um consumidor médio com um consumo de gás de 13 euros e 75 cêntimos estimaram uma taxa de 9 euros e 13 cêntimos ainda assim, consideraram que seria um valor que os consumidores conseguiriam atingir. -----

--- Respondendo a algumas perguntas dos concidadãos disse que apesar, de faturarem 2015, 2016, 2017, 2018, 2019 a empresa não assumiu a dívida, alegando questões dos metros lineares. Transmitiu que receberam em duas tranches, em 2020, um total de 1 milhão 546 mil 901,58 euros. Relevou que, no seu entendimento, tinha falhado não haver a perceção da parte do executivo camarário, que a empresa iria repercutir cinco anos de dívida em apenas um ano de acerto aos consumidores. Para além de alguma jurisprudência que existiu ao nível das decisões judiciais também, tinham elementos que lhes indicavam isso, como o documento público da Tagusgás referente às demonstrações financeiras e anexos e citou *“referem-se às taxas de ocupação de subsolo debitadas por uma câmara municipal (Cartaxo) e que serão recuperadas num horizonte temporal superior a um ano”*. Afirmou que enquanto fosse presidente de câmara era ele que assumia todas as responsabilidades mas, queria dar o contexto do que lhes foi induzido, para o erro de perceção, que tiveram. -----

--- Transmitiu que não houve nunca da parte do executivo, ou dos serviços atitude de má-fé ou de falta de transparência em relação aquele assunto. Recordou que quando, a nova administração da Tagusgás, toma posse em abril de 2019, encetaram rapidamente contatos com a empresa e, tiveram o cuidado de em novembro desse ano convocar uma reunião para decisões estratégicas, dentro da política de partilha com todas as forças políticas representadas no município, em que o ponto 6, da ordem de trabalhos era, ponto de situação e auscultação de propostas sobre o posicionamento da câmara municipal do Cartaxo, em relação à aplicação da TOS à Tagusgás. Acrescentou que estava replicado nos relatórios de acompanhamento do PAM e, especificamente, no relatório do quarto trimestre de 2017, onde era apreciada a medida em relação à revogação da isenção estava constatada a revogação, a tentativa de cobrança do município, citou *“a empresa alegou um diferendo no número de metros existentes nos registos cadastrais,*



SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL

manifestando a intenção de repercutir este acréscimo nos consumidores finais e ao mesmo tempo reivindicar o reequilíbrio financeiro do seu contrato de concessão”.-----

--- Frisou que não houve qualquer omissão em relação à matéria, como demonstravam os documentos e, afirmou que logo que tiveram conhecimento da primeira fatura e, tomando conhecimento que a empresa estava a cometer, no seu entendimento, uma imprudência e um ajustamento, completamente, desproporcional ao que era correto, fizeram uma exposição que remeteram à entidade reguladora e outras entidades, sobre o que estava em causa. Encetaram a primeira reunião com a empresa Tagusgás, a 29 de janeiro, para trabalharem numa solução, que permitisse corrigir a medida adotada dos cinco anos, num só ano. Transmitiu ainda, que esteve em discussão, a devolução da taxa de ocupação do subsolo relativa a anos anteriores, a carência do pagamento ao município pela Tagusgás, a alteração do valor da TOS na tabela de taxas e licenças, o número de anos da diluição do passivo da TOS no consumidor final, a possibilidade de isenção da derrama (50 mil euros por ano) da empresa, a correção do consumo da Fleximol (o maior consumidor de gás natural do concelho) e ainda, uma reivindicação antiga da correção de metragem da rede primária do concelho. -----

--- Sobre a medida da devolução da taxa informou que, o jurista da câmara foi perentório em dizer, que não haveria cobertura legal para o fazer e, que poderiam ter problemas com o FAM pois, era uma medida de reequilíbrio orçamental, do ponto de vista, do acréscimo de receita, que o município necessitava para atingir o equilíbrio orçamental. Em relação à carência de pagamento, o que estava na proposta eram 10 anos pois, quiseram que, fosse a mesma que a diluição do passivo ao consumidor final, em que a média de incidência ao consumidor médio dos 13 euros e 75 cêntimos seria de 5 euros e 25 cêntimos. A questão da alteração do valor da TOS na tabela de taxas e licenças, era necessário um estudo de impacto económico financeiro e, tinham solicitado à equipa que estava a trabalhar no assunto, para acelerar o processo, de se propunha a descida de 5,75 euros, para 1,42 euros. -----

--- Relativamente ao valor da taxa e apesar de ser consensual que era um valor elevado, não era a mais elevada da região, estava longe de ser a mais elevado do país mas, com a formula a repercutir nos concidadãos era amais elevada do país, no que tinha a ver com a fórmula aplicada na repercussão aos consumidores. Informou que estavam a contemplar na proposta a isenção em dez da derrama, o município abdicava de 500 mil euros de receita, era o contributo para desonerar os consumidores. Naquele cenário já estava assimilado a correção ao consumo da Fleximol. A correção da metragem primária, não lhes pareceu correto depois, de comunicações à ERSE, valores validados pela Direção-Geral de Energia e Geologia estar a fazer retificações de metragem de rede de gás. -----

--- Transmitiu que aquele era um princípio de acordo pois, tinha de ser submetido a deliberação do executivo camarário e da Assembleia Municipal apesar, de já terem reunidos com as forças políticas, para dar a conhecer os pressupostos do acordo, mesmo sem documentação. A 17 de fevereiro tinham remetido à Tagusgás a proposta de acordo após, receberem a resposta da ERSE sobre a legalidade da medida e da legalidade da repercussão de cinco anos, num ano e, quer a uma, quer a outra a entidade reguladora foi perentória: nada na lei proíbe a empresa de repercutir cinco anos de dívida, num ano aos consumidores. Referiu que estavam a aguardar a pronúncia por parte, dos juristas da Galp, que davam suporte à Tagusgás e, tinham tido a comunicação ontem da Tagusgás, em que assumia que a partir da próxima semana começava a situação a ser resolvida depois, dos contatos e acordos já estabelecidos com as



SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL

comercializadoras. No dia 6 de fevereiro tinham fechado o acordo com a empresa, em relação à faturação dos seus próprios clientes e, daí alguma confusão pública que se tinha gerado. A Tagusgás informou que iria encetar conversações com as outras comercializadoras, que tinham muito mais clientes. -----

--- Registou que a pressa em fazer chegar um princípio de acordo, era para que a empresa tivesse uma base sólida, para poder comunicar às entidades comercializadoras tudo o que estava em curso. O assunto estava a ser acompanhado pelo FAM e, pela entidade reguladora de forma estreita. Em relação ao FAM o decréscimo da verba, não iria criar transtorno, porque em março fazia quatro anos de validação do empréstimo FAM, que significava que já podiam fazer a revisão do contrato de empréstimo e, tinham a garantia do FAM que iriam ter uma descida acentuada de juros, que permitia alterar o programa de ajustamento municipal e, estar confortáveis com a falta daquela verba inscrita nas contas. -----

--- Informou que tinham feito diligências junto da Comissão Parlamentar de Energia, Associação Nacional de Municípios, estavam a aguardar ser recebidos pelo Governo. Lamentou que o Governo do seu partido, o Partido Socialista, já vai para 4 anos, que não regulamenta a lei que era aprovada pela lei do orçamento de estado, que obrigaria as concessionárias a assumir aquela responsabilidade perante os municípios e, não a repercuti-la nos consumidores. -----

--- Por último reiterou que desde o início assumiam as suas responsabilidades, em relação à falibilidade na perceção que tiveram em relação ao impacto, enquanto presidente de câmara assumiria sempre estas responsabilidades, porque tinha humidade suficiente, não para sacudir a água do capote mas, para lamentar o sobressalto que tinham provocado aos concidadãos, em relação aquela matéria. Disse que desde o primeiro dia, mais do que apontar dedos, tentaram esclarecer os munícipes de todo o processo decisório, que tinha conduzido até ali, assumir as responsabilidades e, acima de tudo assumir a responsabilidade de o resolver. Reforçou que compreendiam o fortíssimo sobressalto causado, tinham claramente a noção da importância do gás natural. -----

O senhor Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra **ao senhor Presidente da Câmara Municipal** para resposta às outras questões dos munícipes, fora do âmbito da TOS. -----

O senhor Presidente da Câmara Municipal esclareceu sobre a questão do mercado municipal, colocada pelo senhor Rui Sousa que, o mesmo tinha sido considerado prioritário no âmbito do PEDU no entanto, era visível o estado em que se encontrava e, era necessário uma intervenção mais rápida. Disse que tinha sido feito uma vistoria, que veio fundamentar um conjunto de intervenções e, tinha a expectativa de durante o mês de março, arrancar com o procedimento, para requalificação da zona da cobertura e tudo o que tinha a ver com madeiras e isolamento. -----

--- Quanto à questão dos bares referiu que, desde 2016 tinham lançado 4/5 procedimento, felizmente apareciam interessados mas, depois não efetivavam a proposta e, estavam a preparar novo procedimento.

--- Em relação à questão de Valada informou que estavam a trabalhar com entidades privadas, com quem reuniam de 2 em 2 meses para a dinamização do turismo no Cartaxo, do enoturismo. Acrescentou que estavam a apresentar uma candidatura, no seio da AMPV ligada a estas matérias. -----

--- Relativamente à limpeza das ruas afirmou que trabalhavam, diariamente, utilizando os recursos que tinham para melhorar as condições de limpeza urbana, houve um investimento numa varredoura mecânica. Pretendiam adquirir novos equipamentos, nomeadamente, aspiradores urbanos e, tinham estado a entrevistar pessoas no âmbito dos contratos emprego inserção, para reforçar o quadro de pessoal. -----



Município do Cartaxo | Assembleia Municipal

SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL

--- Sobre a taxa de resíduos sólidos urbanos referiu que já tinha sido abordada quer em reunião de câmara, quer em assembleia municipal. Na audiência que pediram ao Ministro do Ambiente não queriam apenas tratar da questão do gás natural também queriam levar aquela matéria. Trabalhavam com os partidos na Assembleia da República para uma TGR, completamente, diferente porque em contexto de pandemia a TGR inscrita pelo governo era, completamente, incomportável para ser repercutida nos concidadãos. -----

O senhor Presidente da Assembleia Municipal deu por terminado o período de *Intervenção do Público*. -----

FORMA DE VOTAÇÃO: -----

As deliberações constantes desta ata foram aprovadas, por unanimidade de votos dos membros presentes, com exceção daquelas onde se faz menção expressa do contrário. -----

➤ **A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a ata sob a forma de minuta**, nos precisos termos do disposto nos n.ºs 3 e 4 do artigo 57.º, do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro. -----

ENCERRAMENTO: -----

O senhor Presidente da Assembleia Municipal agradeceu a presença do público, da comunicação social, do executivo e de todos os membros da Assembleia. E nada mais havendo a tratar, deu como encerrada a sessão, quando eram duas horas e trinta minutos do dia vinte e sete de fevereiro. -----

Para constar se lavrou a presente ata, e eu, Inês Margarida Ribeiro Calisto, a redigi e subscrevi, vou assinar junto do senhor Presidente. -----

Augusto Gonçalves Parreira

Inês Margarida Ribeiro Calisto

Intervenção sobre o Projeto Parque Solar Escalabis - Catarina Pinheiro -

Agradeço a disponibilização da documentação respeitante aos projetos de centrais fotovoltaicas, remetidos ao início da tarde de hoje. A documentação é vasta; não esperava, sinceramente, que fossem vinte e cinco os projetos que deram entrada e estão a ser analisados pelos serviços da Câmara Municipal do Cartaxo. Não tendo tido tempo para analisar todos os documentos, gostaria de me centrar no projeto que já analisei e que poderá ser concretizado no curto prazo. Falo do Parque Solar Escalabis.

A minha intervenção tem por base a informação constante em vários documentos:

- Relatório Técnico do Estudo de Impacte Ambiental do Parque Solar ESCALABIS, datado de julho 2019 (que esteve em consulta pública entre fevereiro e julho de 2020);
- Relatório Síntese da Reformulação do Projeto e respetivos anexos, datados de dezembro de 2020 (cujo período de consulta pública terminou a 4 de janeiro de 2021).

O Parque Solar ESCALABIS ocupará uma área de 514 hectares, dos quais 116 hectares são ocupados pelas infraestruturas do Parque. Terá uma vida útil de trinta anos e abrange território dos concelhos de Santarém e do Cartaxo.

As mais-valias do projeto, apresentadas pelos proponentes, são:

- o aproveitamento da energia solar para a produção de energia elétrica;
- o facto de contribuir anualmente para a não emissão de 153 070 toneladas de dióxido de carbono (este número não tem em conta que as árvores que existem neste momento naquela área captam dióxido de carbono, pelo que deveria ser ajustado);
- sendo um investimento previsto de 100 000 000,00€, em que *“as contrapartidas financeiras decorrentes do arrendamento da parcela afeta ao Projeto beneficiam apenas o(s) proprietário(s) do(s) terreno(s)”*. Assim sendo, do que analisei, os benefícios far-se-ão sentir ao nível da criação direta e indireta de empregos:
 - 100 trabalhadores para as fases de construção e desativação (com duração prevista de cerca de 10 meses cada uma e a desativação terá lugar daqui a trinta anos);
 - entre 5 a 10 postos de trabalho permanentes.

Assim, se a mão-de-obra tiver origem nos concelhos em que o parque solar é implementado, poderá, temporariamente, registar-se uma diminuição da taxa de desemprego nestes concelhos; se a mão-de-obra for recrutada fora destes concelhos, poderá haver uma dinamização da economia local (devido ao alojamento dos trabalhadores e a sua alimentação), mais uma vez, temporária.

Curiosamente, é também mencionado o facto de uma central fotovoltaica constituir uma barreira à propagação de incêndios, pelo que este projeto contribuirá para a diminuição do risco de incêndio.

Da análise que fiz do Estudo de Impacte Ambiental, irei destacar alguns aspetos.

A área onde será implantado o parque solar caracteriza-se pelo seu uso maioritariamente florestal.

O estudo de impacte ambiental assume como referência a situação do solo após o corte do povoamento de eucaliptos e não a atual, o que condiciona a análise. Acresce ainda que da leitura dos documentos torna-se claro que há regeneração natural da vegetação, pelo que considerar que aquela área permaneceria despida de coberto vegetal após o corte dos eucaliptos não pode ser um pressuposto.

No documento constam duas afirmações, que são introduzidas para apresentar aspetos favoráveis ao Projeto, que, na minha opinião, deveriam deixar-nos a todos muito preocupados. Na primeira afirma-se que, segundo estudos, as alterações climáticas tornarão este recurso mais disponível nesta região do país, sendo esta situação apresentada como uma vantagem. Na segunda é referido que Portugal é um dos países da Europa com maior vulnerabilidade aos impactes das alterações climáticas.

Gostaria de lembrar a todos que a vegetação não tem propósito final ser cortada de dez em dez anos para produzir pasta de papel. Importa, portanto, ter em conta que a vegetação tem um papel importantíssimo na regulação do microclima:

- a vegetação fixa as partículas minerais do solo (e importa aqui notar que as alterações climáticas ameaçam as zonas mais férteis atualmente, fazendo do solo um recurso cada vez mais precioso)

- o a libertação de água na forma de vapor de água por parte das plantas permite aumentar a humidade relativa do ar e amenizar as amplitudes da temperatura do ar (pensemos na sensação agradável de estar num jardim urbano durante um dia de verão, quente e seco)

O estudo faz menção aos impactes negativos sobre o solo, referindo que a redução da área de infiltração direta poderá promover um aumento do escoamento superficial e conseqüente aumento do risco de erosão e arrastamento de material sólido. Considera o Estudo que os impactes negativos sobre o solo serão significativos se forem afetadas áreas importantes (nomeadamente se os solos tiverem boa aptidão para fins diferentes dos do projeto fotovoltaico) e muito significativos se forem afetadas áreas de Reserva Agrícola Nacional ou Reserva Ecológica Nacional.

Quanto à fauna, o Estudo afirma que este poderá ser uma barreira ao voo de algumas espécies de aves, admitindo que podem ocorrer episódios de mortalidade de aves e morcegos por colisão com as estruturas do projeto.

Relativamente à flora, os impactes são inegáveis. Uma vez que os painéis estarão cinquenta centímetros acima do solo, toda a vegetação com altura superior a cinquenta centímetros terá que ser eliminada, pois as plantas iriam competir com os painéis na captação da radiação solar.

Sobre a paisagem, é dito que são considerados elementos valorizadores as florestas de azinheira, sobreiro e carvalho e os sistemas agroflorestais, pelo que o Parque Solar terá impacte negativo sobre a paisagem, nomeadamente para as populações que, pela cota a que se situam, terão o Parque como paisagem. Para as cotas mais baixas o impacte será minimizado pois haverá uma barreira de vegetação com alguns metros de largura que evitará que os painéis sejam visíveis do exterior.

Considerações finais

Este projeto considera ter como aspeto positivo conseguir cumprir o objetivo de aproximar a fonte de produção de energia dos locais de consumo da mesma. A este propósito, referir que o desígnio deve ser o de ir mais além, tornando cada local de consumo um local de produção.

Não deixa de ser digno de nota que nos meses que separam os documentos analisados que a evolução tecnológica tenha permitido uma melhoria da eficiência dos painéis, de tal forma que foi possível aumentar a potência do Parque em 17%.

Antes de passar às questões gostaria de partilhar um parágrafo que consta nos documentos, que introduz o ponto “Povoamentos florestais percorridos por incêndios” para concluir que não sendo uma área percorrida por incêndios nos últimos dez anos, não se confirma este fator condicionante ao projeto e que não deixa de ser inusitado

“Num quadro em que floresta portuguesa é encarada como uma efetiva prioridade nacional, importa alterar profundamente a relação da sociedade com a floresta, agindo de forma concertada no setor florestal e criando condições para a implementação de ações de natureza estrutural, cuja concretização imediata se impõe, face à necessidade de dar primazia à gestão e preservação do património florestal existente.”

Questões colocadas ao Executivo Municipal

Na quarta alteração ao Plano Diretor Municipal (PDM), ocorrida em 2016, foram introduzidas as alíneas que servem de enquadramento aos projetos dos parques solares.

1. Se bem entendi, estando este projeto enquadrado nas alíneas c) dos artigos 30º e 35º do PDM não será necessária a declaração de interesse municipal para a viabilização do mesmo. Gostaria de saber se estou a fazer a leitura correta da situação.
2. Este projeto em concreto teve parecer negativo por interferir com um caminho municipal. Nas conclusões do documento que nos foi enviado são apresentadas condições para que o projeto possa ter parecer favorável. Presumo que, caso estas sejam cumpridas, o projeto poderá avançar. Mais uma vez, gostaria de saber se estou a fazer a leitura correta da situação.
3. Gostaria de saber com que intuito foram introduzidas as alíneas anteriormente referidas, visto que não fazia parte deste órgão à data em que o documento foi aprovado.

Para terminar, gostaria de manifestar a minha preocupação pelo facto de no concelho do Cartaxo termos um tão grande número de projetos desta natureza, apelando à necessidade de proceder a uma reflexão sobre este tema.



MOÇÃO

Do artigo 133º da Lei do Orçamento do estado em vigor (Lei n.º 75-B/2020, de 31 de dezembro), constam os seguintes pontos:

- 1 - A taxa municipal de direitos de passagem e a taxa municipal de ocupação de subsolo são pagas pelas empresas operadoras de infraestruturas, não podendo ser cobradas aos consumidores.
- 2 - O presente artigo tem carácter imperativo sobrepondo-se a qualquer legislação, resolução ou regulamento em vigor que o contrarie.
- 3 - No primeiro semestre de 2021, o Governo procede às alterações legislativas necessárias à concretização do disposto no n.º 1.

A Assembleia Municipal do Cartaxo apela ao Governo que no mais curto espaço de tempo proceda às iniciativas legislativas preconizadas pela alínea 3, no sentido de se concretizar a alínea 1.

Assembleia Municipal do Cartaxo
26/ 02/ 2021



Moção

O machismo e o patriarcado estão longe de estarem erradicados do nosso mundo. Todos os dias tomamos conhecimento dos mais diversos crimes de género hediondos, que engrossam as nossas estatísticas, vergonhosamente.

Não, a mulher não é um objecto, não a mulher não é propriedade de ninguém, Aliás, ninguém é propriedade de ninguém. E, se refiro isto é porque ainda existem “mentes distorcidas” que assim pensam assim e com base nesse pressuposto actuam.

Também a nível profissional, as mulheres trabalhadoras, vêm as diferenças de rendimentos continuarem a ser enormes e o acesso a determinadas funções dificultado, apesar da legislação existente.

Ainda vivemos numa sociedade machista e patriarcal o que torna necessário insistências e alertas, alguns preventivos, sobre esta questão. Não desistimos.

Por isso,

A Assembleia Municipal do Cartaxo, reunida a 26 de Fevereiro de 2021 saúda o próximo 8 de Março, data simbólica das mulheres e do movimento feminista, na esperança e desejo de que a violência de género e a desigualdade salarial venha a ser reduzido e que termine de vez.

Pelo direito à vida, à paz, à dignidade e à justiça para as mulheres.

Saudamos o 8 de Março, Dia Internacional da Mulher, saudamos as mulheres do concelho do Cartaxo e num aspecto mais lato todas as mulheres portuguesas e do mundo. Estamos solidários com as suas lutas pelo futuro com dignidade e respeito.

O deputado Municipal
Francisco Colaço

Bloco de Esquerda do Cartaxo
07-03-2023



**Recomendação da Assembleia ao Executivo
Sobre a TOS e a Tagusgás**

Considerando:

- Que através do n.º 3 do artigo 85.º da Lei n.º 42/2016, de 28 de dezembro (Lei do Orçamento de Estado para 2017), ficou determinado que a taxa municipal de direitos de passagem e a taxa municipal de ocupação do subsolo são pagas pelas empresas operadoras de infraestruturas, não podendo ser refletidas na fatura dos consumidores.
- Que posteriormente, concretizando o artigo 70.º do Decreto-Lei n.º 25/2017, de 3 de março (Normas de Execução do Orçamento de Estado para 2017) foi determinado que o Governo procederia à alteração do quadro legal em vigor, nomeadamente em matéria de repercussão das taxas na fatura dos consumidores.
- Que o artigo 246.º da Lei n.º 71/2018, de 31 de dezembro (Lei do Orçamento de Estado para 2019), estabelecia que o Governo procederia à revisão do quadro legal enquadrador da taxa de ocupação do subsolo em vigor, nomeadamente em matéria de repercussão das taxas na fatura dos consumidores.
- Que a proposta de lei apresentada pela Secretaria de Estado das Autarquias Locais, em 3 de maio de 2019, conheceu parecer desfavorável da Associação Nacional de Municípios Portugueses, e por isso foi constituído um grupo de trabalho com o objetivo de alterar o quadro legal enquadrador da TOS atualmente em vigor, nos termos estabelecidos pelo artigo 85.º da Lei n.º 42/2016, de 28 de dezembro, artigo 70.º do Decreto-Lei n.º 25/2017, de 3 de março, e artigo 246.º da Lei n.º 71/2018, de 31 de dezembro.



- Que no orçamento de estado para 2021, dispõe o artigo Artigo 133.º que "1 - A taxa municipal de direitos de passagem e a taxa municipal de ocupação de subsolo são pagas pelas empresas operadoras de infraestruturas, não podendo ser cobradas aos consumidores. 2 - O presente artigo tem carácter imperativo sobrepondo-se a qualquer legislação, resolução ou regulamento em vigor que o contrarie. 3 - No primeiro semestre de 2021, o Governo procede às alterações legislativas necessárias à concretização do disposto no n.º 1."

- Que se considera tal inaceitável, uma vez que a Lei determina claramente que a taxa municipal de ocupação de subsolo será paga pelas empresas operadoras de infraestruturas, não podendo ser cobradas aos consumidores.

A Assembleia Municipal do Cartaxo recomenda:

- ao executivo municipal que tenha estas informações em consideração no acto de lidar com esta situação anómala, criada pela Tagusgás, no sentido da defesa dos direitos dos consumidores e do interesse público. Esta assembleia declara também que pode contar com ela para as decisões necessárias para esse efeito, no sentido da defesa da legalidade, do espírito das leis referidas, dos consumidores e do interesse público.

Nota: Se aprovada esta recomendação deve ser publicada num periódico local e regional.

Deve ser enviada cópia ao ministro da área respectiva assim como ao grupo de trabalho criado no âmbito acima referido e à Associação Nacional dos Municípios Portugueses.

**Deputado Municipal do Bloco de Esquerda
Francisco Colaço**

**Bloco de Esquerda do Cartaxo
07-03-2023**

Município do Cartaxo - Assembleia Municipal

De: nedinis@sapo.pt
Enviado: 26 de fevereiro de 2021 14:58
Para: Município do Cartaxo - Assembleia Municipal
Cc: Ines Margarida Ribeiro Calisto; Pedro Miguel Magalhães Ribeiro
Assunto: TOS Tagusgas - Faturas EDP
Anexos: DOC_83021_oficioCMC.pdf

Importância: Alta

Exmos. Senhores,

Em referência ao assunto em título e na sequência de anterior contacto, através de email que reencaminho de seguida, venho através deste meio, e mais uma vez reclamar dos valores exorbitantes que nos são apresentados para pagamento.

Em resposta o Sr. Presidente da Câmara Municipal através de ofício, anexo, diz conforme parágrafo transcrito, "***Foi-nos comunicado pela TAGUSGÁS – na reunião do passado sábado, dia 6 de fevereiro –, que em relação aos seus clientes a cobrança da TOS foi cessada***".

Ora, acontece, que hoje ao comunicar a leitura dos consumos de eletricidade e gás, através da *EDPonline*, fiquei novamente surpreendida, pois, de um valor de 28,90€ de eletricidade e 8,44€ de gás o valor da próxima fatura a pagar é de cerca de 79,00€!!!

Sabendo, que vai ocorrer a reunião de Assembleia Municipal, solicito apresentação deste assunto, deixando à consideração do Sr. Presidente e restantes eleitos esperando que, depois de tanta tinta ter corrido sobre o tema, possamos chegar a bom termo e ser ressarcidos dos valores pagos indevidamente, sabendo nós que muitas famílias estão com dificuldades financeiras.

Com os melhores cumprimentos,

Noémia Mateus



MOÇÃO

Recomendação para a inclusão de um plano para aproveitamento hidráulico do rio Tejo no Plano de Recuperação e Resiliência

O Grupo do PSD da Assembleia Municipal do Cartaxo vem constituir-se como parte interessada no processo de consulta pública do plano de Recuperação e Resiliência (PRR), solicitando a inclusão de um plano para o aproveitamento hidráulico de fins múltiplos para o rio Tejo.

Reconhecendo a importância da gestão hídrica dos recursos do rio Tejo principalmente para as regiões da Lezíria do Tejo e Oeste e verificando as intenções do governo em apostar em projetos para um melhor aproveitamento hidráulico dos recursos da região, evidencia-se a não inclusão de qualquer projeto desta natureza no PRR para o Rio Tejo.

Tendo já sido excluídos do PNI 2030, torna-se indispensável a implementação de um plano que reconheça os problemas da necessidade de água da região e que combata a seca e os efeitos das alterações climáticas que têm reduzido substancialmente o caudal do rio no verão.

Um das principais ameaças ao sector agrícola nesta região é precisamente a falta de água, o aumento do custo por via da sua extração a profundidades cada vez maiores e a progressiva salinização dos aquíferos existentes. Importa por isso resguardar o sector agrícola, desenvolver o conjunto de regiões abrangidas e garantir maior competitividade para um sector determinante da nossa economia. Contribuindo ainda de forma indireta para várias áreas desde o turismo às pescas e a proteção ambiental.

Assim propõe-se a criação de uma reserva estratégica de água que constitua uma alternativa de abastecimento público e permita o estabelecimento de novas áreas de regadio, contribuindo para os processos de dessalinização das águas



do Tejo, respondendo de forma integrada a situações de seca extrema e reduzindo a probabilidade de ocorrência de cheias, permitindo uma evolução qualitativa da atividade económica, particularmente nos setores da agroindústria e turismo, através da:

- Construção de um ou mais açudes no rio Tejo, potenciando a ampliação das áreas de rega. Um açude pode servir até 50.000ha de área para rega;
- Construção de blocos de rega exponenciando a ampliação das áreas disponíveis para regadio na zona do Ribatejo e Oeste;
- Realização de estudos sobre os impactos ambientais procurando soluções de minimização e compensação destes impactos.

Consideramos este projeto essencial para a recuperação económica das regiões da Lezíria do Tejo e do Oeste, reconhecendo como principais objetivos, em linha com os objetivos gerais do PRR, contribuir para a transição climática e para a transição energética, proporcionar um foco efetivo de desenvolvimento e promover o aproveitamento da qualidade ambiental, paisagística, patrimonial e cultural.

Assim, a Assembleia Municipal do Cartaxo, reunida em 26 de fevereiro de 2021, recomenda a inclusão de um plano para o aproveitamento hidráulico de fins múltiplos para o rio Tejo. Esta informação deverá ser enviada ao Governo, dando-se conhecimento do facto a todos os eleitos do órgão deliberativo e à comunicação social local e nacional.

Cartaxo, 26 de fevereiro de 2021

Os eleitos do PSD da Assembleia Municipal do Cartaxo

Recomendação

Viaduto de Santana no PRR

A Assembleia Municipal do Cartaxo saúda a colocação do Plano de Recuperação e Resiliência (PRR) em processo de consulta pública, permitindo a todas as entidades públicas e privadas e a todos os cidadãos e cidadãs participarem com a sua análise e contributos na elaboração da versão final do Plano a submeter à Comissão Europeia.

No âmbito deste processo de consulta pública, e após análise do documento, a Assembleia Municipal do Cartaxo recomenda ao Governo a revisão da Componente 10 do PRR, dedicada à Mobilidade Sustentável, de modo a incluir investimentos no principal eixo ferroviário do país, a Linha do Norte. Em causa está a necessidade urgente de modernização da linha e de eliminação de passagens de nível que constituem pontos de sinistralidade, como a que se situa em Santana, no Concelho do Cartaxo.

O incremento da utilização do transporte ferroviário contribui para melhorar os índices de mobilidade sustentável, sendo que ao aumento das condições de segurança corresponderá um aumento de utilização. Nessa medida, A Assembleia Municipal do Cartaxo recomenda ao Governo que pondere a inclusão do investimento na eliminação das passagens de nível na Componente C10 do PRR, incluindo naturalmente a resolução da situação de Santana, que se concretiza com a construção de um viaduto cujo projeto se encontra aprovado pela Infraestruturas de Portugal, aguardando apenas financiamento para a sua execução.

Voto de congratulação

Ponte Rainha D.Amélia em recuperação

A Assembleia Municipal do Cartaxo congratula-se com o lançamento, no passado dia 18 de fevereiro, do concurso público para a execução da empreitada de proteção das fundações e reabilitação dos pilares da Ponte Rainha D. Amélia, que liga os concelhos do Cartaxo e Salvaterra de Magos. Trata-se de uma intervenção que tem como objetivo reforçar as condições de integridade dos pilares da Ponte e a proteção das suas fundações contra os efeitos da erosão provocada pela corrente do rio Tejo.

Sendo o rio Tejo um dos maiores, se não mesmo o maior recurso endógeno do concelho do Cartaxo, constitui uma barreira intransponível para o tráfego rodoviário que resulta da atividade económica que se desenvolve nos concelhos que o rio separa. Por essa razão, esta travessia é um elo de ligação estratégico, que permite a manutenção de um fluxo de tráfego regular entre as duas margens do rio, ligando os concelhos do Cartaxo e de Salvaterra de Magos. O mesmo é dizer, ligando o norte e sul desta região ribatejana potenciando a atividade económica associada ao desenvolvimento das atividades ligadas ao setor agrícola, entre outras.

Além da importância estratégica do ponto de vista económico, importa ressaltar a importância social deste equipamento, que permite uma rápida travessia do rio Tejo a quem se desloca entre margens por motivos profissionais ou familiares, poupando dezenas de quilómetros por dia.

O investimento que em breve se iniciará, no montante global de um milhão de euros, é o reconhecimento da importância desta Obra de Arte por parte da Administração Central, através da Infraestruturas de Portugal, que assume o pagamento do projeto através do seu orçamento próprio. Esta foi a forma escolhida pelo Governo para impor mais celeridade ao processo, determinando a sua não inclusão no Programa Nacional de Investimentos PNI2030, que levaria a um atraso significativo na execução da obra e na beneficiação desta infraestrutura e das populações que por ela são servidas.